

CONLUTE

COORDENAÇÃO NACIONAL
DE LUTA DOS ESTUDANTES

ENCONTRO NACIONAL
“A Reforma Universitária e os
rumos do Movimento Estudantil”

Caderno de Teses



INDICE:

“Derrotar a Reforma, Romper com a UNE e Fortalecer a Conlute” Pág. **3**
Tese da Juventude do PSTU e independentes

“Vamos pra rua!” Pág. **7**

Tese da Organização Marxista Proletária Pág. **11**

Tese do Comitê de Luta contra as Reformas Universitária, Sindical e Trabalhista de Maringá Pág. **14**

“A plenos pulmões” Pág. **16**
Construindo a Conlute como um pólo antiburocrático

Derrotar a Reforma, Romper com a UNE e Fortalecer a Conlute

TESE DA JUVENTUDE DO PSTU E INDEPENDENTES AO ENCONTRO NACIONAL “A LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA E OS RUMOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL”

DOIS ANOS DE GOVERNO LULA, MUDANÇAS SÓ PRA PIOR!

A primeira metade do governo Lula tem uma característica clara: total submissão e cooperação aos planos de recolonização do imperialismo. Lula segue pagando religiosamente os juros da dívida externa, obtendo um superávit maior que o exigido pelo FMI, e atacando as conquistas históricas dos trabalhadores e dos estudantes.

Lula fez a Reforma da Previdência, que privatizou a previdência pública, abrindo um vasto mercado para os fundos de pensão privados. Mas o governo pagou um preço caro por isso. O funcionalismo protagonizou uma poderosa greve e levou mais 70 mil pessoas a capital federal. Os trabalhadores foram recebidos a pauladas e pontapés demonstrando qual é o tipo de “diálogo” do governo Lula.

Até mesmo a máscara da “ética na política” caiu por terra com a explosão de denúncias de corrupção, envolvendo o homem-forte do governo, Zé Dirceu.

Em 2004, os empresários, os latifundiários e os banqueiros registraram lucros recordes, aumentando ainda mais a concentração da renda. O setor da burguesia que mais lucrou foi o dos banqueiros. De acordo com o *Financial Times*, os 50 maiores bancos do país lucraram R\$ 1,2 trilhão neste ano. O agrogócio também atingiu lucros recordes beneficiado pelo aumento das exportações. Enquanto isso, os trabalhadores recebem um salário mínimo de fome de R\$ 260.

As políticas sociais compensatórias, incentivadas por sua vez pelo FMI, como o Fome Zero e o Bolsa Escola, também ficaram comprometidas, desmanchando a marca registrada da vitrine do PT. Esse é o “modo petista” de governar: tudo para os banqueiros e latifundiários, nada para os trabalhadores.

Fica cada vez mais difícil para esquerda petista sustentar sua tese de governo em disputa. A corrente Democracia Socialista (codireção do Fórum Social Mundial) e o seu ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, não têm como explicar os baixíssimos números de famílias assentadas no campo. Rosseto assentou apenas 37% do prometido.

Depois da derrota eleitoral sofrida pelo PT nas eleições municipais, onde perdeu nas principais capitais do país, inclusive Porto Alegre, o governo foi ainda mais à direita, distribu-

indo cargos para pesos pesados da burguesia. Isso fez com os setores ditos “progressivos” do poder, fossem demitidos ou abandonassem o governo, como Carlos Lessa (BNDES) e Frei Beto, respectivamente.

A política externa do governo, tão reivindicada pelo PCdoB e pela esquerda petista, também naufragou. O Itamaraty segue nas negociações da ALCA e foi bastante solícito ao imperialismo ao enviar tropas brasileiras para auxiliar na recolonização do Haiti.

Não podemos esperar tempos de bonança em 2005. O governo já deu início a sua política de propagandear o crescimento econômico neste ano, que nada mais quer do que preparar a disputa eleitoral em 2006 e buscar aprovar de maneira mais tranqüila as reformas já anunciadas. As Reforma Sindical e Trabalhista pretendem acabar com os direitos dos trabalhadores obtidos com muita luta, como 13° salário, férias, licença maternidade, entre outros, e a Reforma Universitária que pretende privatizar as universidades públicas e salvar os tubarões do ensino das faculdades particulares.

É preciso que os trabalhadores e a juventude não se iludam e façam como o ano passado, um ano marcado por lutas e mobilizações. Os bancários, por exemplo, construíram uma greve histórica em setembro que ganhou um apoio nacional surpreendente. A Conlutas realizou grandes marchas a Brasília como as dos dias 16 de julho e 25 de novembro. Os estudantes também fizeram greve contra a Reforma Universitária, foi assim em São Paulo, Bahia, Sergipe e Paraíba. A Conlute fez um encontro nacional contra a Reforma Universitária no Rio de Janeiro que reuniu mais de 1.500 estudantes, e um plebiscito que apesar do boicote da esquerda petista e do PSOL, recolheu 56.127 votos.

O mais significativo de 2004 foi a construção de coordenações alternativas as direções chapa-branca da CUT e da UNE. A Conlutas e a Conlute são as expressões das lutas de 2004 e demonstram o rompimento dos trabalhadores e estudantes com as direções governistas.

Enfim, esperamos um 2005 de muita luta. Vamos fortalecer a Conlute e derrotar o governo Lula e suas reformas neoliberais.

✓ Abaixo a política econômica e as reformas neoliberais do governo Lula;

✓ Pela retirada do Brasil das negociações da Alca, ruptura com o FMI e Não pagamento da Dívida externa;

Ô LULA QUE PAPELÃO, ESSA REFORMA É PRIVATIZAÇÃO!

O governo Lula vem avançando na implementação de sua reforma universitária. Durante todo o ano de 2004, enquanto fazia o discurso que estava construindo o projeto da reforma universitária em conjunto com a sociedade brasileira, o governo deu um show de autoritarismo, aprovando medidas fundamentais para a transformação da educação superior no país através de Medidas Provisórias, Decretos Lei e negociatas no Congresso.

O objetivo desta reforma é privatizar cada vez mais a educação no país. Para isso, diminuí o financiamento das universidades públicas, obrigando-as a estreitarem suas relações com o mercado. Para o ensino privado a estratégia é a de salvar os tubarões do ensino de sua crise, dando dinheiros dos cofres públicas para as universidades privadas. Tudo isto tem um objetivo muito claro; Lula vem preparando a entrada do Brasil na ALCA e para isso precisa preparar o grande mercado da educação para a entrada do capital estrangeiro, acabando assim com os limites entre o que é público e privado na educação superior no país, transformando a educação em um grande negócio.

Por tudo isso, aprova durante todo o ano passado as Parceiras Público-Privado, a Lei de Inovação Tecnológica e regulamenta as fundações privadas fazendo com que a universidade pública, a partir da inexistência de verba estatal, seja obrigada a procurar o mercado como fonte de financiamento, transformando totalmente o caráter da universidade pública, subordinando a qualidade de ensino e pesquisa a critérios produtivistas.

Em contrapartida, a lógica com as universidades privadas é outra, pois estas vivem uma crise gerada pelos altos índices de inadimplência e pela grande quantidade de vagas ociosas e precisam ser “salvas” pelo governo. Por isto o governo põe em andamento o ProUni, que com uma pesada campanha na imprensa tenta mostrar a população que o governo está criando novas vagas. Nada mais mentiroso, pois esse projeto está muito longe de resolver o problema da falta de

vagas no ensino superior e de garantir a inclusão de negros e pobres nas universidades, pois cria pouquíssimas vagas (sendo que a maioria das bolsas são parciais) e não garante que negros e pobres estejam dentro da universidade. Pior é que com este projeto o governo segue a lógica terrível de que as universidades de pior qualidade devem ser ocupadas pelos estudantes mais pobres. Só com o que o governo deixará de arrecadar este ano, R\$196 milhões (FSP, 23/12/2004), seria possível criar centenas de vagas nas universidades federais, criando vagas com qualidade e garantindo de fato educação pública e gratuita.

Completando essa lógica, o governo coloca em andamento o SINAES, projeto de avaliação que substituiu o Provão, mas que tem em última instância os mesmos objetivos de impor as universidades a lógica mercantilista, garantindo que as universidades estão indo a fundo nas suas relações com o mercado.

Em dezembro de 2004 o governo desfez mais um ataque: apresenta o Ante Projeto de Lei Orgânica sobre a Reforma Universitária. Mais uma vez o governo usa a tática de propaganda pesada, usando em todo o texto expressões e bandeiras que o movimento estudantil sempre defendeu para tentar enganar que este governo defende educação pública e gratuita. O que de fato este anteprojeto apresenta é a regulamentação dos projetos anteriormente apresentados e uma mudança profunda no funcionamento das universidades, acabando com sua autonomia e com o plano de cargos e salários do docentes e técnicos administrativos, propondo um orçamento pífio para as universidades federais e aprofundando as relações das universidades públicas com o mercado. Para as privadas o que se vê é cada vez mais liberdade para cobrar o que bem entender no valor das mensalidades, falta de democracia interna nas deliberações internas autonomia quase que total.

No que diz respeito a financiamento da universidade pública o governo levanta a proposta de que 75%, dos 18% destinados a educação por parte do estado, sejam destinados a educação superior, isto é, para o financiamento das universidades federais. O pode parecer um avanço, pois garante um financiamento fixo para a universidade nada mais é do que uma garantia de que as universidades vão ter verbas ainda menores, pois estes valores apresentados pelo governo são inferior-

res a miséria que hoje é mandada para as universidades federais, obrigando assim, as universidades a ampliarem suas relações com o mercado, pois necessitarão desses acordos para continuar sobrevivendo.

Outra proposta do governo é que as universidades produzam Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI), nele deverão constar uma série de relatórios das realizações da universidade e os objetivos de ampliação, que nada mais são do que contratos de gestão entre a universidade e o governo, que poderá liberar verbas ou não, para a expansão das universidades baseados nos critérios produtivistas impostos pelo governo na realização do PDI. Com esse projeto o governo passa a tratar as universidades como organizações sociais, antigo projeto de Bresser Pereira, permitindo que não somente as universidades públicas recebam verbas para expansão como também privadas.

Pela falta de dinheiro, as universidades públicas nos últimos anos viram praticamente o fim da assistência estudantil. Nesse Ante Projeto o governo propõe como forma “alternativa” de financiamento para os restaurantes universitários e moradias a criação de uma loteria, que criaria fundos para uma assistência estudantil destinada aos mais pobres dentro da universidade.

Propõe também aos estudantes o Projeto de Primeiro Emprego Acadêmico que permitiria aos estudantes de graduação estabelecerem contratos de pelo menos um ano, para realizar atividades de extensão das universidades, e que estudantes de pós-graduação possam dar aulas na graduação. Com este projeto o governo mata dois coelhos com uma cajadada só: não precisa mais fazer concursos públicos para professores e técnicos administrativos e acaba com o problema da falta de professores.

Todos estes projetos confirmam o caráter privatizante desta reforma, em 2005 o governo buscará concluir a reforma universitária, aprovando a Lei Orgânica no Congresso Nacional através de negociatas em troca de votos de deputados e de uma brutal propaganda de mídia que busca enganar a população e os estudantes, em especial os mais carentes, para apoiar a reforma sob a ilusão de que ela fortalecerá o ensino público e significaria uma oportunidade dos “menos favorecidos” chegarem à universidade.

2005 é um ano fundamental na defesa da universidade, por isto, devemos construir um calendário de lutas que deve ter como objetivo construir uma mobilização crescente entre os estudantes universitários e secundaristas, em unidade com os trabalhadores, que coloque a possibilidade de derrotar a reforma universitária e demais reformas do governo.

Para isso deve envolver debates, já que a propaganda do governo na mídia será brutal; dias de luta e paralisações; uma grande

marcha a Brasília quando os projetos de lei já estiverem no Congresso Nacional; e uma política permanente de construção de uma greve nacional das universidades para derrotar a reforma, que só pode ser feita como consequência de uma grande mobilização em todo o país.

Abaixo a reforma universitária de Lula & FMI;

Organizar uma Campanha Nacional para derrotar a reforma universitária do governo Lula, junto com professores, funcionários e demais trabalhadores;

Lutar pela construção de uma greve nacional unificada entre estudantes, professores e funcionários para derrotar a reforma. Essa orientação deve ser parte de nossa agitação política durante todo o calendário de lutas;

Nas pagas buscar vincular as lutas pela redução de mensalidades, matrícula de inadimplentes e outras, com a luta contra a Reforma Universitária, em especial contra o Prouni;

CALENDÁRIO DE LUTAS:

✓ **Início do Semestre:** Calouradas com debates sobre a Reforma Universitária e a Ruptura da UNE em todo o país. O objetivo é ganhar os estudantes para a luta contra a reforma e para a construção da Conlute;

✓ **20 de Março:** Dia Internacional de Mobilização contra a Guerra do Iraque

✓ **28 de Março:** Jornada de Lutas alternativa à da UNE/UBES, com mobilizações localizadas em algumas capitais;

✓ **Abril/Maio:** Semana Nacional de Mobilizações com Paralisação em todo o país. Manifestações conjuntas com a Conlutas, envolvendo além da Reforma Universitária, as reformas sindical, trabalhista e temas políticos como Alca, Dívida e FMI. O objetivo é conseguir paralisar as aulas no máximo de universidades possível;

✓ Em Brasília, nesta mesma semana, atividade dentro do Congresso, reunindo dirigentes e ativistas do movimento estudantil e sindical (de 500 a 1000 pessoas) para criar um fato político relacionado com as reformas.

✓ **Junho/Julho:** Encontro Nacional da Conlute paralelo ao Congresso da UNE.

§ Boicote ao ENADE

✓ **Início do segundo semestre:** Grande marcha a Brasília que coloque a luta num patamar superior ao atual, aumentando a pressão dos movimentos sociais sobre o

Governo e Congresso Nacional.

É HORA DE ROMPER COM A UNE E FORTALECER A CONLUTE

Durante 67 anos o movimento estudantil construiu a UNE como um instrumento de luta pelas suas reivindicações, cumprindo um papel decisivo diante dos principais fatos políticos do Brasil e do mundo.

Hoje esta entidade é vítima de um mal incurável: **a adaptação cada vez maior ao Estado e ao governo Lula**, fruto da política de uma direção ligada ao PC do B e ao PT, os dois principais partidos do governo.

Não é de hoje que a UNE é um obstáculo para as lutas do movimento estudantil. Logo após o Fora Collor, quando a entidade parecia retomar todo o seu prestígio histórico, a UNE apoiou o governo Itamar, que praticamente iniciou o projeto neoliberal no Brasil.

Em 1998, a UNE foi contra a greve das universidades federais, o que levou o movimento a montar um comando nacional de greve por fora da entidade e derrotar as posições do PCdoB – que tentava acabar com a democracia da UNE - no histórico CONEB de Viçosa (MG).

Durante o governo FHC, a entidade foi contra a campanha do “Fora FHC”, só mudando de posição quando podia perder essa votação no congresso de 1999. O mesmo aconteceu nas sucessivas lutas e greves desde então, quando a principal preocupação da direção entidade passou a ser o aparato construído com o dinheiro das carteirinhas.

Mas houve uma clara mudança quando Lula venceu as eleições de 2002. A partir de então, a UNE passou a compor o governo através do PC do B e do PT, ajudando a elaborar a Reforma Universitária que pode destruir as universidades públicas e salvar os tubarões do ensino privado. Ou seja, **a UNE se transformou em um braço do governo no movimento estudantil**.

As lutas contra a reforma se enfrentam com a UNE

É por isso que toda a nossa luta em defesa da universidade pública e contra a Reforma Universitária está se construindo por fora da UNE. Pior, para organizar essas mobilizações, estamos tendo que lutar contra a UNE.

Desde o início do ano fizemos centenas de debates, atos, passeatas, encontros, greves, entre tantas manifestações. Dentre elas destacamos as lutas e passeatas na UFRJ, as greves das estaduais paulistas, da UFBA e outras, o Encontro Nacional contra a Reforma no Rio de Janeiro, a Plenária do dia 12 em Brasília, o boicote ao ENADE, a paralisação do dia 11 e as marchas do dia 16 de junho e 25 de novembro.

A atitude da UNE frente a estas lutas tem sido um vergonhoso boicote e um alinhamento com o governo, o MEC e os reitores em uma caravana para defender a reforma dentro das universidades.

A experiência que os estudantes fizeram ao longo desta luta, que não é de hoje, mas de longos anos, nos mostra que **chegou a hora de tirar uma conclusão histórica: a UNE não serve mais para organizar a nossa luta**.

Para os que ainda pensam que é possível reconquistar a UNE dentro de congressos fraudados, dizemos: isso é impossível, pois o PC do B prefere romper a entidade a perder seu aparato.

Romper com o Velho, Construir o Novo

Há 20 anos, os trabalhadores tiveram que romper com os velhos pelegos aliados da ditadura para construir a CUT, que foi fundamental para as greves operárias da década de 80. Hoje, centenas de sindicatos começam a romper com a CUT e construir a Conlutas, como o ANDES acaba de orientar.

Acreditamos que este movimento que estamos construindo para defender a universidade pública e lutar contra a Reforma Universitária tem a mesma tarefa histórica: abrir um amplo debate com todos os estudantes, todos os C.As, todos os DCEs, Executivas de curso e correntes, que concretize a **ruptura da UNE e a construção de uma nova alternativa de luta para o movimento estudantil**.

Isso é fundamental para que a nossa luta futura tenha sucesso. Sem construir esta alternativa, por mais heróicas que sejam as nossas lutas, elas serão dispersas, desorganizadas, e finalmente derrotadas pelo governo, com a ajuda da UNE.

Queremos abrir este debate com os companheiros do **Psol**, que estão discutindo a ruptura com a CUT, e também com a **esquerda do PT**, que afirmam não cogitar essa hipótese. Acreditamos que é **um erro histórico permanecer dentro da UNE, se agarrando a uma casca vazia em nome de um passado distante**, ao invés de se somar a nós na construção de uma nova alternativa.

Para nós, esta alternativa deve ser o oposto da UNE. Deve ser **democrática**, combatendo a burocratização que tomou conta do movimento estudantil; deve ser **de luta**, organizando os estudantes junto com os trabalhadores pelas nossas reivindicações; deve ser **oposição de esquerda ao governo Lula**, para derrotar os planos neoliberais que vêm sendo implementados; deve ser **antiimperialista**, combatendo os planos de Bush como a Alca e a Guerra; e deve estar a serviço da construção de uma **sociedade socialista**.

A Conlute (Coordenação Nacional de Luta

dos Estudantes) é o que surgiu de mais importante das muitas lutas que realizamos neste ano, pois foi ela que se colocou a serviço das greves, das mobilizações, dos encontros, do Plebiscito Nacional, enfim, do combate para barrar a Reforma Universitária e demais medidas do governo Lula.

✓ **Abrir um amplo debate na base do movimento estudantil durante todo o ano de 2005 defendendo a necessidade de romper com a UNE**, que deixou de ser um instrumento para organizar a luta dos estudantes. Este debate deve ser feito nas calouradas, nos encontros das executivas de curso, nas eleições de C.As e DCEs, em assembleias e congressos estudantis. Onde o debate estiver amadurecido, esta posição deve ser votada em cada assembleia, congresso e entidade de base. Publicar uma revista da Conlute sobre a reforma universitária e a ruptura da UNE para embasar este debate;

✓ **Fortalecer a Conlute como uma alternativa à UNE**, que sirva como forma de organização democrática de todos os que querem lutar contra o imperialismo, as reformas do governo Lula e em defesa dos direitos da juventude e dos trabalhadores;

✓ **Realizar um Encontro Nacional paralelo ao Congresso da UNE em Meados de 2005** para avançar na construção desta alternativa. O caráter deste encontro (se funda ou não uma nova entidade) dependerá da evolução e dimensão da luta contra a Reforma Universitária e deverá ser definido posteriormente por uma reunião nacional;

✓ **Fortalecer a Conlute pela base**, dando funcionamento cotidiano às coordenações locais e construindo coordenações onde elas não existem. Estas coordenações devem ser construídas durante as lutas e como instrumento destas lutas, envolvendo os melhores ativistas e incorporando novas entidades e movimentos;

✓ **Ampliar a representatividade da Conlute**, fazendo com que novas entidades, grupos e movimentos entrem na coordenação, a partir do debate da luta contra a Reforma Universitária e da Ruptura da UNE;

✓ **Avançar no funcionamento cotidiano**, definindo uma secretaria que funcione no Rio entre as reuniões nacionais e responsáveis pela Conlute indicados pelas entidades nos estados;

✓ **Garantir a sustentação financeira**, a partir de uma contribuição mensal a ser discutida com cada entidade, com o objetivo de chegar ao encontro do meio do ano com a maioria das entidades-membro contribuindo;

✓ **Estreitar relações com a**

Conlutas, participando do seu encontro nacional do FSM, organizando conjuntamente a luta contra as reformas e participando dos debates sobre a fundação de uma Central Sindical de novo tipo no Brasil;

FORA IMPERIALISMO DO IRAQUE!

Após o atentado de 11 de setembro, o imperialismo, principalmente o norte-americano, intensificou sua ofensiva econômica e militar sobre o restante do globo. Mas isso não aconteceu sem resistência. Povos de todo o mundo enfrentam com lutas e revoluções os planos de recolonização e seu poderoso aparato bélico.

O sentimento antiimperialista cresce a cada dia, inclusive dentro dos próprios países centrais. Um exemplo disso são as grandes mobilizações na Europa contra a Guerra do Iraque e contra os ataques aos direitos dos trabalhadores. Essas mobilizações derrotaram o governo de Aznar e as tropas espanholas foram retiradas do Iraque.

As mobilizações dentro dos EUA também continuam, na medida em que mais soldados yankees são mortos no Iraque. O governo Bush não consegue sair do pântano que ele próprio criou. O fantasma do Vietnã ronda a Casa Branca.

Os povos do Oriente Médio travam de conjunto uma grande resistência à ocupação norte-americana e aos seus governos locais. Marrocos, Egito, Turquia e Jordânia são palcos de importantes lutas. Segue firme a segunda Intifada na Palestina.

Na América Latina não é diferente. Os trabalhadores do continente protagonizam uma heróica luta contra a implementação dos planos de recolonização do imperialismo, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e seus organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial.

Os trabalhadores argentinos, diante da situação de miséria e desemprego que vive o país, retomam sua luta, agora contra o governo de Nestor Kirchner, que mostra sua verdadeira face dando continuidade aos planos neoliberais e reprimindo duramente os movimentos sociais, como na prisão dos lutadores de Caleta Olívia.

A Colômbia segue dividida. Seu governo com auxílio militar dos EUA, não consegue acabar com a guerrilha. Os camponeses vão a luta por terra no Paraguai, enfrentando latifundiários e jagunços armados. Na Venezuela, as massas respondem a altura o golpe orquestrado pela CIA.

A Bolívia em 2003 é sacudida por uma clássica Revolução Operária e Socialista que derruba Sánchez de Losada.

Enfim, o mundo está imerso em guerras e revoluções. O capitalismo para manter sua margem de lucro, vai aprofundar a exploração dos trabalhadores e seguir

implementando a rapina no resto do planeta. Ficam cada vez mais evidentes as limitações da política da direção do Fórum Social Mundial, que busca humanizar o capitalismo. Não resta saída para os trabalhadores, a não ser a luta contra o imperialismo. Dizemos em alto e bom som: “Um outro mundo é possível, só se for socialista!”

✓ A Conlute deve apoiar e participar de todas as lutas contra a dominação imperialista e pela autodeterminação dos povos de todo o mundo, a começar pela a luta contra a ocupação militar no Iraque, contra o massacre do povo palestino pelo Estado de Israel, e contra a ocupação da ONU chefiada pelo governo Lula no Haiti;

SE NÃO TEM PASSE LIVRE NÓS PULAMOS A ROLETA!

O movimento secundarista vem dando grandes demonstrações de como devemos construir nossas lutas; com grande radicalização e muita gente na rua. Foi assim e uma série de cidades em todo o país onde os secundaristas tomaram as ruas contra o aumento de passagens e pelo passe livre, como em Florianópolis, Salvador, Fortaleza e tantas outras.

É preciso que busquemos construir a luta unitária dos estudantes universitários e secundaristas, pois estes são importantes aliados na luta em defesa da universidade pública e contra os ataques do governo, na medida em que grande parte deles tem a perspectiva da entrada na universidade.

A UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - pior do que a UNE, é uma entidade que praticamente não existe, que vive da fabricação de carteirinhas e que está do lado oposto de nossas lutas. Por isso tudo devemos construir a CONLUTE também como uma alternativa de direção para os secundaristas:

✓ A Conlute deve buscar se tornar uma referência também para o movimento secundarista, diante da falência da UBES e da inexistência de uma entidade capaz de representar as lutas do setor. Para isso, é preciso incorporar os secundaristas na luta contra a reforma universitária, com as adaptações políticas necessárias, e envolver a Conlute nas lutas contra os aumentos de passagens e pelo passe-livre que têm sido as principais mobilizações existentes no setor;

✓ Todo o calendário de lutas de 2005 deve ser construído em conjunto com os secundaristas e levando em conta as suas demandas específicas;

✓ Debater com os grêmios, comitês de luta e movimentos secundaristas a ne-

cessidade da sua incorporação à Conlute;

RACISMO SE COMBATE COM RAÇA E CLASSE

Todo e qualquer dado que seja considerado aponta para existência de um enorme abismo entre negros e brancos. Em termos salariais, por exemplo, uma recente pesquisa do Ipea revelou que enquanto um homem branco recebe, média, R\$ 934,00, uma mulher branca ganha R\$ 633,30, um homem negro tem o salário de R\$ 458,90 e uma mulher negra recebe apenas R\$ 325,40.

Esta desproporção também é encontrada nos níveis de desemprego (45% maior entre negros), na diferença salarial, nos índices de alfabetização, nas vítimas da violência policial (espantosamente superior entre jovens negros). Por essas e muitas outras, existem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 2000, detectou que se considerarmos apenas o “Brasil Branco”, o país ocupava a 44ª posição entre as nações mais desenvolvidas; já o “Brasil Negro” estava na 105ª posição do *ranking*. De lá para cá, esse abismo continua exatamente o mesmo.

Ao assumir e criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial (Seppir), Lula prometeu mudar este quadro. E também neste campo seu governo é muito mais do que uma decepção.

Em primeiro lugar, por mais que Lula possa falar, seu governo não pode fazer outra coisa a não ser aprofundar as consequências do racismo na medida em que a aplicação do receituário neoliberal do FMI apesar de afetar o conjunto dos trabalhadores e da juventude, significa um massacre particularmente para aqueles que foram historicamente marginalizados, como negros e negras. Como também é importante lembrar que, para aplicar seus planos, Lula se aliou com os setores reacionários, conservadores e elitistas do país. Setores historicamente identificados com a opressão racial e superexploração de negros e negras.

Particularmente no campo da educação, Lula afirma que está fazendo uma “revolução racial” através de programas como o de cotas nas federais e do ProUni. Isto é muito mais do que uma farsa. É o que podemos chamar de uma “cereja num bolo envenenado”. Medidas raquíticas, que em nada contribuirão para combater o racismo, adotadas com o propósito de ganhar o apoio da população negra e do movimento para sua nefasta proposta de reforma universitária.

Por isso, não só devemos repudiar a Reforma de conjunto, como também denunciar seu viés pretensamente racial. Algo que fica evidente numa simples análise das propostas. No que se refere às cotas, o governo está propondo a reserva de 50% das vagas nas universidades federais para alunos pro-

venientes de escolas públicas. Dentro destes 50%, negros e índios (que tenham estudado ao menos três anos do ensino médio na rede pública) teriam uma “cota” proporcional à indicada pelo censo de 2000.

Na prática, em São Paulo, por exemplo, das 1.889 vagas existentes nas federais, 944 seriam destinadas aos estudantes das públicas. Destas, 258 (27,4%) seriam para negros e negras, e o ridículo número de uma vaga ficaria para os indígenas! Ou seja, no estado de S. Paulo, a proposta de cotas de Lula é, na verdade, de 13,7% das vagas para negros. Em nível nacional, a proporção seria de 22,5%.

Já no que se refere ao projeto “Universidade para todos”, que visa preencher as vagas ociosas das escolas privadas com estudantes carentes, negros, indígenas e professores da rede pública, o recado também é simples: colocar marginalizados, carentes e pobres em escolas de qualidade questionável, além de dar um valoroso auxílio para os tubarões do ensino.

Contra a Reforma, a favor de Cotas!

Setores do movimento negro, particularmente aqueles dirigidos pelo PT e o PCdoB, não demoraram para aplaudir a proposta. Mesmo entre aqueles que esboçaram alguma crítica, é comum ouvir argumentos como: *Afinal, para quem não tinha nada, já é alguma coisa!* Achamos isto um tremendo erro. Não há como aplicar políticas reparatórias seguindo a lógica do FMI e, muito menos, investindo na privatização do ensino, ao invés da aplicação de medidas como o fim do vestibular, a estatização das privadas, a ampliação das vagas e, inclusive a mudança radical na lógica imposta às universidades, hoje totalmente voltadas para os interesses privados e da elite.

Se aplicada, a política de Tarso Genro e companhia irá reduzir o número de vagas, e não aumentá-lo. Se vitoriosa, a proposta irá fazer com as cotas, já distorcidas, sejam aplicadas a um número cada vez menor de vagas, o que significa na manutenção de um sistema de ensino excludente, elitizado e, conseqüentemente, racista.

Para além da polêmica com o governo, há ainda muita gente que é contra qualquer política de cotas. Também achamos que isto é um grave erro. Há aqueles que são contra porque defendem a manutenção do sistema elitista de ensino. Para estes só temos uma resposta: a luta.

Contudo, também quem defenda que o caminho para a “inclusão” de negros e carentes na universidade é a mudança na estrutura do ensino, para beneficiar “a todos”, independentemente da raça. Algo que também consideramos um equívoco.

Temos certeza, que a universidade que

queremos, só virá com profundas sociais e econômicas. Com uma revolução, para sermos exatos. Contudo, o que estes setores esquecem é o profundo abismo que o racismo criou entre negros e brancos na sociedade brasileira. Um abismo de **classe**, mas também de **raça**.

Aqueles que se opõem às cotas com um discurso, às vezes, “classista”, menosprezam o peso do racismo e a necessidade de traçarmos políticas específicas para os setores oprimidos (incluindo mulheres e homossexuais) para, juntamente com eles, lutarmos pelo fim da exploração e por uma sociedade que respeite as “diferenças”.

Por isso defendemos políticas reparatórias. Contudo, só acreditamos que elas possam ser efetivas se forem aplicadas contra a lógica do sistema. Algo que não tem nada a ver com a proposta de Lula, que por isso mesmo deve ser derrotada. Diante disto, o Encontro da Conlute resolve:

- ✓ Denunciar a ineficácia das políticas do governo Lula no campo racial, incluindo a lei que determina a inclusão do ensino sobre história da África e temas raciais, que não está sendo aplicada praticamente em lugar nenhum.

- ✓ Defender políticas reparatórias (dentre elas cotas), sempre inteiramente proporcionais à população negra, vinculando seu financiamento público ao não pagamento da dívida externa.

- ✓ Buscar organizar em todos os fóruns da Conlute e nas entidades que a compõem debates e atividades sobre a questão racial, buscando sempre, em seus encontros regionais e nacionais realizar mesas sobre os temas relacionados às opressões.

- ✓ Trabalhar no sentido de organizar Secretarias responsáveis pela discussão e implementação de combate ao racismo em todas as estruturas da Conlute e das entidades de base que a compõem (Estas secretarias podem combinar o combate ao conjunto das opressões, como o machismo e a homofobia).

- ✓ Buscar a aproximação com os setores da juventude negra que não se encontram nas escolas e universidades para, conjuntamente, traçarmos políticas de combate ao racismo. Neste sentido, a Conlute deve ter como especial preocupação a aliança com o movimento Hip Hop, que apesar de suas muitas contradições, é um pólo fundamental de aglutinação da juventude negra.

CONTRA A OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO: LUTA MULHER!

- Incentivar a organização das mulheres no interior das escolas, nas entidades gerais e de base e nos fóruns da Conlute.

- Por creches nas escolas e facultades para estudantes, professores e funcionários!

- Por uma jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução de salário, para todo jovem em idade escolar! Emprego com carteira assinada e estabilidade para todos os jovens! Equiparação salarial e de direitos conquistados entre estagiários e trabalhadores!

- Fim da desigualdade salarial entre homens e mulheres! Salário igual para trabalho igual! Estabilidade no emprego para as mães!

- Pela manutenção e ampliação dos direitos garantidos na CLT!

- Contra as reformas neoliberais do governo Lula, pela manutenção da licença maternidade de cento e vinte dias e horário de amamentação. Extensão destes direitos para as estudantes!

- Por campanhas de divulgação dos métodos contraceptivos nos bairros, escolas e facultades com distribuição gratuita dos mesmos para jovens de qualquer idade!

- Pela descriminalização e legalização do aborto e atendimento gratuito pela rede pública de saúde! Que a mulher decida sobre seu próprio corpo e sua vida!

- Não à violência sexista e ao abuso sexual! Pela punição severa dos agressores! Por casas-abrigo às mulheres e crianças vítimas de violência com oferecimento de toda assistência necessária para sua recuperação e reestruturação!

- Por uma educação não sexista! Fim dos estereótipos e papéis pré-determinados para meninos e meninas nas escolas!

- Pelo fim da prostituição infantil e infanto-juvenil! Punição aos exploradores da prostituição! Denúncia veemente dos governos promotores ou complacentes com o turismo sexual! Por uma campanha de recuperação da auto estima das vítimas da prostituição e sua inserção na sociedade!

COMBATER A HOMOFOBIA NA LUTA CONTRA O SISTEMA

Incentivar o debate, no interior das entidades estudantis e das escolas, sobre o combate à homofobia, estimulando a realização de debates, a publicação de artigos nos materiais da Conlute e das entidades que a compõem e a organização de GLBTT no interior das escolas.

Incentivar a formação de Secretarias que discutam o combate à opressão não só em suas próprias estruturas, mas também nas entidades gerais e de base.

Divulgar as atividades do movimento

GLBTT e participar, com bandeiras próprias nas manifestações, paradas e atos de denúncia realizados pelo movimento.

Assinam inicialmente esta tese:

Diretores da UNE pela Oposição - Júlia Eberhardt, José Erinaldo Júnior, Marcello Bertolo.

Diretor da UBES pela Oposição - Diego Amado.

Diretores UEE-RJ - Joaquim (D.A Erick Mejdalani UniverCidade), Carlos Serrano, Isabela Miranda, Marcelo Pudim (DAFIS UFRRJ), Fernando Martins.

Diretores DCE UFRJ - Thiago Hastenreiter, Bernardo Figueiredo, Pedro Sá, Tarcísio Joaquim, Tibyta.

Diretores DCE UFMG - Lucimar (Sorin), Fernanda Oliveira, Larissa de Moraes, Samuel França.

Diretores DCE UFSC - Sebastião Amaral, Rafael Góes, Cristina Eberhardt, João Sol, Fábio Bezerra, Yuri Lueska, Maikel da Silva, Jackson Verchai (CALISS UFSC).

Diretores DCE UFG - Eder Martins, Camila Campos, Marcelo Rizzo, Denilson Rosa

Diretores DCE UFC - George Bezerra, Ismael Feitosa, Paula Emanuela.

Diretor DCE UECE - Frederico Bruno

Coordenadores DCE PUC – RJ – Daniel, Anselmo Júnior.

Coordenadores DCE FACHA – Raiani, Sérgio Gramático.

Coordenador Regional VI da FEAB - Glailson dos Santos.

VAMOS PRA RUA!

Cazuza, *Burguesia*

“Será que eu falei o que ninguém ouvia
Será que eu escutei o que ninguém dizia
Será que eu falei o que ninguém dizia
Será que eu escutei o que ninguém ouvia”
Titãs, não vou me adaptar.

CONJUNTURA

Uma análise de conjuntura deve observar e avaliar o como eles se encontram e como nos encontramos. Isto porque, basicamente, vivemos em sociedade dividida em dois blocos fundamentais: os que são proprietários dos meios de produção e os assalariados. É claro que isto não significa que todos proprietários se comportarão do mesmo modo e todos os assalariados terão as mesmas idéias. Têm, porém razões objetivas para se inclinarem para um lado e para o outro, dependendo da organização, difusão ideológica e mobilização de cada parte em disputa.

No plano internacional, o fato novo é a reeleição de Bush. Não porque ganhou a eleição, ainda que isto tenha um significado. Mas porque ele ganhou a eleição e está se apropriando das propostas da oposição. O ataque frontal a Falujha, defendido por Kerry, foi implementado imediatamente após o anúncio da reeleição. Uma movimentação realizada pelo general Colin Powel, no exterior, inicia a recuperação de diálogo com a Europa. E a Europa responde positivamente, abrindo crescente processo de perseguição aos islâmicos, que vão desde a educação obrigatória dos *imãs* (Holanda), até a provável proibição da rádio do *Hezbollah* (França). Bush não pretende operar seu unilateralismo, sem o disfarce de multilateralismo. A enorme rejeição externa ao seu nome repercutiu.

Isto traz para a América Latina uma nova perspectiva. O governo norte-americano dá mais atenção ao Brasil e volta a investir na Alca, cujas negociações foram retomadas. A estratégia de Bush, para o que o governo brasileiro se tem oferecido insistentemente, é fazer do Brasil seu operador na região. Uma velha divisão de trabalho, interrompida apenas no período de ascensão do movimento sindical e político brasileiro, quando o governo Menem foi mais servil que Figueiredo e Sarney. O governo da Argentina há muito percebeu e joga um jogo pesado de hostilização ao Brasil, faltando a todas as iniciativas regionais brasileiras. Faltou ao Encontro do Rio, faltou ao Encontro de Cuzco, faltou ao discurso de Lula na ONU. O entendimento correto do governo argentino é que o governo brasileiro constrói o Mercosul para operar melhor seus interesses em associação com os interesses do governo de Bush. A Argentina não quer se prestar ao jogo, porque perde.

Sua opção é claramente trabalhar na cisão, no que espera ser acompanhada pelos governos da Venezuela e do Uruguai.

Do ponto de vista interno, isto interessa também ao Brasil. A relação tensa do governo argentino com os EUA valoriza o papel do governo brasileiro.

Nós não temos tido política internacionalista. Nossa política se limita aos encontros anuais do Fórum Social Mundial. O Fórum nasce e continua sendo uma sublimação da inércia nacional e internacional da esquerda. Até porque, como dizia Lênin, o imperialismo tem um subsolo, que é o capitalismo e sua contradição fundamental entre o trabalho e o capital. Esta contradição se realiza diferenciadamente, mas basicamente nos estados-nacionais. Portanto, o internacionalismo depende da luta travada em cada país. A exportação da crise capitalista dos países imperialistas será mais ou menos bem sucedida na medida em que haja ou não resistências nacionais, em cada país dependente.

A luta nacional tem sido vencida pela direita. A passagem do PT, como instrumento, para o campo da direita aumentou a vantagem do capital.

Como é histórico, ao capital interessa elevar sua taxa de lucro e manter a acumulação. As taxas de lucro, que nos anos 1970, andaram negativas, passaram a positivas, com as privatizações, as concessões dos Estados ao setor privado e a desregulamentação do trabalho. Mas ainda não estão satisfatórias, como se observa no crescimento dos PIBs, que oscilam entre 1 e 3%. Segundo a Economist Intelligence Unit (EIU), consultoria ligada à revista britânica *The Economist*, os países centrais Europeus terão taxas de crescimento entre 1,5% (Itália) e 1,8% (Alemanha). Os EUA não crescerão mais que 3%, segundo os analistas mais sensatos. A propósito, a taxa de juros ali voltou a subir.

A crise do capitalismo portanto precisa continuar a ser transferida para as regiões onde ainda há as melhores margens de aprofundamento da exploração do trabalho e das riquezas nacionais.

Neste sentido, o governo brasileiro tem três tarefas a cumprir: desregular o trabalho, aprovar o regime das Parcerias Público-Privado (PPPs) e privatizar a educação e a saúde públicas. A primeira operação está adiada, pela repercussão negativa que traria e pelas conseqüências sobre a CUT, já a perigo... É preciso reeleger o Lula. Mas as duas outras operações estão em andamento, devem ser sacramentadas até início de 2005. Excetuando a saúde, que se tornou uma rede “complicada” pelo Sistema Único de Saúde.

A educação superior pública sofrerá o golpe da (anti)reforma universitária. A saúde pública ficará para o segundo governo Lula ou o terceiro governo FHC.

As PPPs vão agora privatizar os fundos públicos. Ou seja, o dinheiro público vai se associar com o privado, em projetos principalmente de infra-estrutura (portos, estradas, usina de energia, siderúrgicas, etc). O público entrará com 70% do orçamento projetado e várias vantagens. Inclusive o lucro mínimo, garantido pelo Estado. O FMI já anunciou que facilitará o uso do dinheiro público para investimento, retirando esta rubrica do cálculo do *superavit primário* brasileiro.

Significa que o velho Estado, cujo papel *keynesiano* de financiar o desenvolvimento capitalista é novamente reabilitado, vai usar a poupança pública para propiciar a retomada das altas taxas de lucro. Enfim, terão *um espetáculo de crescimento*.

É isto que permite ao Lula falar com tanto otimismo sobre 2005, ainda que as consultorias mundiais falem de até mesmo uma recessão mundial. O setor exportador, principalmente o agro-negócio, não terá novo ano de boas vendas. Os estoques elevados de milho, algodão e soja complicarão a exportação. A China já desacelera seu crescimento. A Europa Oriental, única região com alto crescimento esperado (em torno de 6%, cf. a EIU) tem compromissos com a Europa Ocidental. Os EUA, como a política de juros e a queda do dólar indicam, precisam reequilibrar suas contas. Resta a operação das PPPs para apontar um crescimento elevado no Brasil.

Do ponto de vista político, o governo Lula vive bons dias. A taxa de desemprego caiu míseros 0,7%, o PIB cresceu, o dólar desapreciou, a inflação está contida. Ainda que quase todos os outros indicadores sociais – pobreza, miséria, desigualdade, mortalidade infantil, renda média do trabalhador, etc – estejam tão mal quanto estavam, comemora-se. Novas iniciativas – salário mínimo de R\$ 300,00 e correção da tabela do I.R., em 10% - aumentam as comemorações. Os juros básicos elevados, mais de 17%, atraem os capitais especulativos, a pretexto de conter a inflação. Cairão, quando as PPPs despejarem dinheiro público no mercado. As PPPs – esta é a questão chave.

Nossa ação política desconhece as PPPs. Nenhuma reação de ulito se ouve em qualquer lugar. Uma revelação da incapacidade teórica, combinada com a impotência política. Nossa ação contra a (anti)reforma universitária é internista, como se o tema dissesse respeito apenas à “comunidade uni-

versitária”. Ainda assim, o internismo não alcança sequer esta “comunidade”.

A fragmentação, outra conseqüência do baixo nível teórico (além, é claro dos projetos ideológicos diferentes e personalismos), reduz a capacidade de ação teórica e prática.

O PT esgotou-se como instrumento para a luta dos trabalhadores. É necessário um novo partido que organize a luta anticapitalista, que resgate o socialismo não apenas como uma utopia mas como plano para ação e transformação. As alternativas partidárias hoje existentes são insuficientes para a grandeza que esta tarefa exige. Apresentar candidatura a presidência da República não basta para avançarmos na luta pelo socialismo. Os movimentos sociais e sindicatos, por sua natureza específica, também são insuficientes para a luta contra o capitalismo como demonstram as mais recentes experiências na América Latina. O COB na Bolívia não foi capaz de tomar o poder a favor dos trabalhadores. Os piqueteiros na Argentina derrubaram diversos presidentes sem impedir que a burguesia resolvesse a crise a seu favor. Sem falar do próprio FSM de Porto Alegre onde o governo de Lula e do PT se esforça para reafirmar diariamente que “Um outro mundo não é mais possível.” Muito menos um mundo melhor, um mundo socialista! Portanto, coloca-se na ordem do dia a criação de um partido verdadeiramente revolucionário.”

Enquanto isto, a direita avança. Seja a direita do PT, seja a direita representada pelo PSDB, que já percebeu que é a única oposição, que pode ocupar inteiramente o lugar (que o PMDB, PPS e PDT querem disputar, para sobreviver à reforma política) e que pode voltar ao poder, desde que demonstre maior confiabilidade para levar adiante as PPPs e as novas entregas do setor público (educação e saúde).

REFORMA UNIVERSITÁRIA

“Estamos num momento de definição ou do lado do Governo ou aqui na oposição”

Trecho do “Rap dos Radicais Livres” – Congresso da UNE de 2003

Para combatermos a Reforma Universitária é necessária a consciência de que a sua implementação já está bastante avançada. Quando o Ministro José Dirceu declarou, ao se referir à Reforma Universitária, “o pau vai comer”, no final de 2003, estávamos corretos ao defender que este processo seria

realizado de forma diferente da Reforma da Previdência. Ao contrário do que ocorreu com a sua antecessora, não haverá um marco, uma votação que expresse a totalidade da Reforma Universitária.

Temos que dar continuidade à luta. Nesse sentido a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (CONLUTE) foi criada no Encontro Nacional contra a Reforma Universitária de Lula & FML, em maio de 2004, quando foi aprovado um calendário de mobilizações que previa Encontros Estaduais, a Marcha a Brasília em novembro e o Plebiscito, entre outras atividades. A tarefa da CONLUTE é organizar os estudantes em defesa da Educação Pública. Sabemos que essa é uma tarefa de milhões. Por isso a necessidade de todos os estudantes, professores e técnicos-administrativos se unirem a esta luta, que não começou agora. Para isso, há a necessidade também de entender o projeto do governo em sua totalidade, e não como meros fragmentos.

“Para começar esta batalha decidimos formar uma coordenação nacional de lutas dos estudantes abertas a todas as entidades que dela queiram participar. (...) irá afirmar em alto em bom som que lutaremos com todas as nossas forças não só contra a reforma universitária, mas também contra a sindical e trabalhista, exigindo emprego, salário, terra e educação pública, gratuita e de qualidade para todos.”

Trecho da Carta do Rio de Janeiro (CONLUTE)

O Governo Lula, conformado pelo PT juntamente com seus aliados e apoiado por sua grande penetração nos movimentos sociais, na CUT, na UNE, na CMS (Coordenação de Movimentos Sociais), no MST (que assina a carta de cooperação com a Reforma Universitária), conseguiu vencer a batalha da reforma previdenciária e já está em ampla vantagem na Reforma Universitária. O que está em jogo é só o *Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior*, que tem como ponto central a autonomia financeira das universidades. A grande orquestração da Reforma começou com o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) e se desdobra no ProUni (Programa Universidade para Todos), na lei de cotas, na lei das fundações, na lei de inovação tecnológica, na regulamentação do ensino à distância e, por fim, no *Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior*.

O SINAES aprofunda a política neoliberal do governo FHC, concretizada na figura do Estado “avaliador” e “regulador”. Ele indica os pontos aos quais as universidades brasileiras devem se adaptar, funcionando como o alicerce de todo projeto desta reforma. Esse Sistema foi estrategicamente o primeiro ponto que o governo Lula aprovou no Congresso Nacional e já vem sendo implementado com a realização do Exame Nacional de Desenvolvimento do Estudante (ENADE, que é um duplo Provão com uma

prova no 1º ano do curso e outra no último) e as avaliações das Instituições de Ensino Superior (IES) através dos “questionários” do MEC. A exemplo da antiga avaliação, pretende-se ranquear as universidades de acordo com os índices obtidos na avaliação. O caráter punitivo está sendo intensificado, pois o mau desempenho poderá custar a perda progressiva de investimento público. Investimento este que poderá ser disputado igualmente por instituições públicas e privadas.

O Projeto Universidade para Todos (ProUni) reserva 10% das vagas das instituições privadas para estudantes oriundos de escola pública e salva as finanças dos grandes empresários do ensino superior no Brasil, dando isenção fiscal para essas instituições. Com isso, o Estado deixa de arrecadar mais de R\$ 1 bilhão que poderia ser investido na educação pública (assistência estudantil, pesquisa, ampliação de vagas nas IFES etc) e resolve o problema dos empresários que convivem com a inadimplência das vagas ocupadas (700mil) e com grande número de vagas ociosas (500mil) nas suas instituições. Esse é apenas mais um artifício para mascarar a diminuição de vagas no setor público de 3º grau, pois as vagas alugadas nas instituições privadas serão consideradas como públicas. A manipulação dos dados e a falta de critérios científicos somente beneficiam àqueles que querem encontrar algum caráter progressista na Reforma Universitária. Contra isso devemos impulsionar a discussão da estatização do setor privado do ensino superior.

Além da Lei de Fundações que regulamenta a captação de recursos junto a empresas privadas, algo já praticado nas universidades, ainda estão previstos dois projetos que já tramitam no Congresso, que auxiliam a implementação da Reforma: 1) Parceria Público Privada (PPP) e 2) Lei de Inovação Tecnológica. “A PPP acaba com a diferença entre empresas públicas e privadas e abre uma concorrência em que ‘vencerá’ aquela que melhor prestar serviços propostos pelo governo.” (Trecho de texto interno da CONLUTE de Mario Santos). Além disso, nesta lei (PPP), o Estado dá garantia de lucratividade para a empresa – é o capitalismo sem risco. Sendo mais claro: na questão das universidades será dada mais verba para aquelas instituições que responderem “melhor” ao “questionário” do MEC. Portanto, mais uma vez é ferida a Constituição Federal no tocante ao artigo 207, que regulamenta a autonomia universitária.

A Lei de Inovação Tecnológica aprofunda as relações da universidade com as empresas, subordinando a pesquisa aos interesses do mercado. Esta lei sedimenta e amplia o uso do aparelho público pelas empresas privadas, criando facilidades para esta “parceria”. De certo modo, significa a antecipação dos planos da ALCA para o setor da educa-

ção. As multinacionais do ensino estão de olho no mercado brasileiro de R\$ 45 bilhões.

Outra manobra para simular a expansão do ensino público é o Ensino à Distância. O governo prevê que esse ensino funcione como auxiliar do presencial, chegando a incluir 500 mil estudantes em cursos de graduação à distância até 2007. Considerando que hoje temos cerca de 1 milhão de alunos nas públicas e que esse número deve dobrar até 2007, a meta do governo é ter grande parte dos alunos das públicas em ensino à distância. Isso significaria um desastre para o ensino superior, pois representaria mais precarização do ensino, pior qualidade, menos verbas, menos contratação de professores e servidores, além de um enorme incentivo para que grupos de capital nacional ou internacional invistam em formar profissionais no Brasil pela internet ou outros meios.

De outra parte, a política de cotas possui um *marketing* de fortes traços populistas que continua sendo implementado pelo governo, recuperando o *modelo Robin Hood de casaca*, usado na ditadura, que significa tirar dos menos pobres para dar aos mais pobres. Com isto, divide os estudantes e tenta dar um tom mais popular à Reforma. A reprodução da ideologia dominante não tem relação com a classe de origem do indivíduo, pois temos um presidente oriundo da classe operária, mas um governo da classe dominante. Além disso, essa política não melhora o ensino público, mas melhora a vida dos empresários do ensino. Não melhora o ensino público porque cria a diferenciação dentro de sala de aula, com estudantes oriundos de concursos diferentes; não amplia o número de vagas e, mais uma vez, disfarça o problema da desigualdade material e da degradação do ensino médio. Mas melhora a vida dos empresários porque diminui o número de vagas nas universidades públicas para os candidatos de escolas privadas, empurrando os excedentes, com condições de pagar, para as universidades privadas.

Para fechar a sinfonia, está projetada para este ano o *Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior*. Esse projeto, anteriormente prevista para novembro passado, trata da livre captação de recursos como se isso fosse a autonomia universitária. Assim, desonera o Estado da responsabilidade de financiar o ensino público, jogando as universidades ao bel prazer do mercado. A universidade ficará mais comprometida com a ideologia dominante. Ou seja, ficará voltada para o lucro ao invés de se voltar para a maioria da sociedade – os trabalhadores. O *Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior* não expressa a totalidade da Reforma, é só mais um ponto a ser combatido.

Defendemos o acesso de todos à universidade pública, gratuita, laica e de qualidade. Repudiamos o caráter demagógico de como vem sendo conduzido o debate até o momento. Que-

remos discutir propostas consistentes que viabilizem a universalização do acesso. O ensino público de qualidade e socialmente referenciado pressupõe condições dignas de trabalho e ensino para estudantes e trabalhadores.

A reforma que queremos tem:

1. concurso público para a reposição das 18 mil vagas de professor das universidades federais;
2. estatização das universidades particulares;
3. extinção dos subsídios às universidades privadas, hoje calculado em R\$ 1.667 bilhões, entre isenções e financiamento direto;
4. transferência dos recursos para financiamento do ensino privado (FIES), da ordem de R\$ 800 milhões hoje, para o reforço das universidades públicas;
5. encampação pelo Estado dos cursos com avaliação D e E e sua incorporação à universidade pública federal na cidade ou estado;
6. conversão dos cursos pagos em cursos gratuitos, com processo de seleção por mérito;
7. a democratização da escolha de dirigentes, com a adoção do sistema paritário;
8. a implantação de um sistema de avaliação em que todos os agentes produtores de conhecimento se avaliem mutuamente – professores, estudantes e técnicos-administrativos – em processo de crítica e autocritica coletivo;
9. o fortalecimento da pesquisa e a colocação da universidade a serviço das necessidades dos trabalhadores e dos segmentos sociais mais necessitados;
10. um programa de assistência universitária que não exclua os que nela entram, e que garanta da alimentação à moradia, do transporte à ajuda de custo para material básico;
11. a criação de um programa de qualificação continuada para os professores;
12. a melhoria das condições de remuneração e de trabalho para professores, técnicos-administrativos, de acordo com as reivindicações históricas destas categorias;
13. a ampliação do programa de bolsas de estudo, de pesquisa, de iniciação e de monitoria;
14. elevação, em dois anos, do percentual de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos na universidade para 15%, hoje em torno de apenas 8%.
15. melhoria dos ensinos médio e fundamental públicos em instituições de tempo integral onde os alunos possam receber ensino de qualidade, se alimentar, praticar esportes, ter assistência médico-dentária, aulas de línguas estrangeiras, artes, informática e reforço das disciplinas regulares.
16. criação de um núcleo de disciplinas comuns a todos os cursos superiores ampliando a base de conhecimento em áreas não diretamente ligadas ao curso no qual o estudante esteja matriculado, formando indivíduos com maiores condições de contribuir com a sociedade.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

INTRODUÇÃO

1. A experiência da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTE) tem sido interessante para o Movimento Estudantil. Temos pautado o debate nacional sobre a (anti)reforma universitária. As iniciativas como o Ato do dia 16 de junho, do dia 25 de novembro de 2004 e o Plebiscito Nacional contra a Reforma Universitária, são provas que os estudantes ainda mantêm sua capacidade de resistência frente ao projeto neoliberal implementado pelo governo Lula.

2. O momento é de cautela, pois com a fragmentação da esquerda, um passo em falso pode significar distanciamento completo dos estudantes. É vital reafirmar que não podemos nos afastar dos estudantes, nem deixá-los reféns do discurso monolítico da direção governista da UNE. É necessário reafirmarmos a participação na UNE.

A UNE organiza todos os estudantes do Brasil e contribui com articulações com estudantes de todo o mundo. A UNE organiza estudantes da rede pública e particular. O congresso da UNE reúne cerca de 7 mil estudantes eleitos pela base com quorum de 30 % e mais de 3 mil participantes entre apoios e estudantes que mesmo sem serem delegados participam politicamente. A UNE é reconhecida em qualquer lugar do país como a organização dos estudantes. A UNE existe como entidade única de representação dos estudantes desde sua fundação a mais de 60 anos. A UNE já foi dirigida por diversos setores, tanto da esquerda, quanto da direita. A UNE é dirigida politicamente e não é um partido. Não se exige centralismo. Enfim, a UNE é uma entidade de massa com todas as características de uma e, por isso, devemos disputá-la e é por isso que estamos na UNE. A política justa é afirmar a CONLUTE como uma coordenação de lutas aberta a todos e a todas que queiram lutar, disciplinada pelo critério da participação. A CONLUTE deve organizar a luta e, com isso, pressionar a direção governista da UNE. É importante que saibam que não temos compromisso com seus descaminhos.

3. A outra iniciativa é a necessidade de fazermos que a CONLUTE refine sua organização e sua democracia interna de forma a podermos organizar os estudantes para luta política em um patamar superior de organização. A CONLUTE precisa reafirmar a defesa do ensino público e gratuito para toda a população, isto é, a defesa de um ensino livre das imposições do mercado. Este a direção majoritária da UNE não pode mais defender, pois ela defende um ensino misto entre capital público e privado incapaz de conquistar a universalização do acesso à universidade.

HISTÓRICO RECENTE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

4. Nos afastarmos das entidades de massas dos trabalhadores e estudantes é sempre negativo. Contudo, a ruptura com a CUT se faz necessária, pois a reforma sindical proposta pelo governo pretende acabar com a liberdade sindical, não permitindo que os trabalhadores, organizados na base, possam encaminhar suas lutas e reivindicações. A formação, antes da reforma, de uma nova central sindical a partir do CONLUTAS é fundamental para se garantir a autonomia dos trabalhadores de se organizarem em seus sindicatos sem a ingerência autoritária de uma Central sindical do governo.

Essa ameaça de fim da autonomia de organização para os trabalhadores não se repete para os estudantes. Não há nenhuma reforma que rompa com a autonomia da UNE e dos estudantes frente ao governo. O que há é um atrelamento da direção dessas entidades a uma política privatista apresentada pelo governo e a utilização de métodos populistas para continuar na direção da entidade. A construção da CONLUTE como instrumento para encaminhar as lutas contra a privatização e pela universidade pública, gratuita e de qualidade, freada pela atual direção da UNE, num momento de radicalização vai significar a retomada da direção do movimento e da entidade se nós não nos afastarmos burocraticamente e artificialmente dos estudantes. A CONLUTE não deve excluir nenhum estudante que queira participar da sua agenda de lutas e organização o que torna ainda mais absurda uma proposta de Encontro paralelo com o da UNE.

5. O debate sobre a ruptura com a UNE vem sendo arrastado por toda a década de 90. Esse processo de radicalização contra a UNE culminou no rompimento da Articulação de Esquerda, da Democracia Socialista e da Força Socialista do congresso de 97. Pressionadas pela base as correntes da esquerda (menos o PSTU) queimaram seus crachás no final do encontro. A política foi inseqüente as correntes trabalharam a política dizendo que estavam rompendo com o congresso e não com a entidade. Não era o sentimento dos estudantes que queimavam seus crachás. Ora, se não temos capacidade de dar seqüência a caracterização política que fazemos para os estudantes, ou não dizemos a verdade, ou não conhecemos nosso espaço de atuação, ou somos incapazes de realizar políticas para realidade.

A terceira opção é a mais fácil de se encarar, porém nossa falta de capacidade de direção não pode ser negligenciada, tanto por falta de experiência, quanto por interesses das cúpulas do movimento. É comum no movimento estudantil a disputa por cargos determinar as composições das chapas e das teses. Práticas que devemos superar para construções futuras.

6. O resultado da politicagem que vem sendo feita na UNE foi a despolitização do processo congressual. “A UNE é uma fábrica de carteirinhas” “A UNE foi privatizada” “A UNE-SA”. Estes dizeres são correntes no movimento. A esquerda percebendo o distanciamento da UNE dos estudantes propõe a realização de eleições diretas para UNE, como forma de tentar disputar a sua direção. Argumentávamos que num processo de eleições pela base o PCdoB teria que priorizar seus espaços, teríamos mais chances na maioria das Universidades Públicas e cresceríamos na proporcionalidade. O PCdoB alegava que as eleições pela base abriam espaço para direita na UNE. O PCdoB usou esse argumento para propor maior controle ainda. A contra proposta foram os Funis. Os funis seriam encontros estaduais que decidiriam a delegação para o congresso nacional. O objetivo era fazer encontros estaduais em datas separadas em que a direção da UNE pudesse rodar o país inteiro e consolidar seus quadros de massa. Os funis foram aprovados na UBES e o resultado é que a UJS, hoje, é mais de 70% do movimento secundarista.

7. Em 98, a Oposição da UNE organizou a greve das universidades. A UNE se colocou contrária a greve e não participou do Comando de Greve. Isto fez com que os estudantes pressionassem pela realização de um CONEB. A UNE foi obrigada a organizar e o resultado foi que a esquerda ganhou o congresso e fundou o Bloco Rompendo Amarras, unificando toda esquerda. A UNE nunca mais organizou fóruns de entidades de base.

8. No congresso da UNE de 99, o PCdoB tentou aprovar os funis e a presença do Rompendo Amarras impediu sua aprovação. A bancada do Rompendo Amarras ficou inteira do lado de fora do Mineirinho até o PCdoB retirar a proposta. Dizíamos que se eles mantivessem a proposta nós romperíamos com a entidade. Nenhum compromisso com seus descaminhos! A política estava correta, o PCdoB retirou a proposta, e o mais importante não voltou mais a apresentá-la. Saímos do congresso vitoriosos e com uma ferramenta experimentada.

9. O congresso da UNE de 2001, foi marcado pelo fim do Bloco Rompendo Amarras em nome da construção do Bloco Petista na UNE, política dirigida pela AE. Isso facilitou a vida da direção majoritária. Porém, conseguimos organizar mais uma greve nas universidades federais com a “ajuda” do governo federal que enviou a medida provisória, vinculando o direito a meia-entrada às instituições de ensino.

10. Enfim, a UNE organiza o comando de greve para lutar pela vinculação do direito da meia-entrada à carteirinha da UNE. Felizmente, o resultado desta política é que a esquerda dirigiu o comando de greve e conseguiu impor desgaste ao governo FHC. Perseguições ao Ministro pelo país inteiro. Passeatas em

todos os estados. O cancelamento do vestibular da UFRJ. A vitória nas negociações. Expondo o Ministro da Educação em cadeia Nacional. Talvez um dos elementos que tenham enfraquecido Paulo Renato para ser candidato a presidente da república. O movimento estudantil sai fortalecido. Novos quadros são formados. A UNE é usada para luta. Ora, “As táticas se fundem na luta de classes”. Foram 3 anos de espera para impor uma derrota política à direção da UNE. A questão mais importante tática e estrategicamente é que lutamos por dentro e por fora da UNE. Infelizmente, a greve e a vitória de Lula reforçaram a política da unidade petista.

11. No final de 2002 foi realizado o ENEB. Encontro Nacional de Entidades de Bases, reunindo 1200 pessoas. ADS e FS foram as principais forças que organizaram esse encontro. A polêmica foi a caracterização do Governo Lula. A única força da esquerda que não foi ao encontro foi a AE, que dizia que o encontro era divisionista. Por fim, um encontro que foi convocado para discutir a democracia no movimento estudantil, acaba sem uma haver plenária final! É correto afirmar que foi acordada entre as forças que não se realizasse votação nesse encontro, porém o PSTU reivindicou espaços para apresentar suas polêmicas. ADS não aceitou a mudança na programação, pois avaliou que perderia o controle do encontro e, provavelmente, perderia a caracterização do Governo Lula e o encontro deliberaria que o governo Lula não estava em disputa.

O ENEB serviu como prévia do que aconteceria no próximo período no movimento. A DS se definiu como uma corrente governista e girou sua política para a defesa da unidade Petista. O campo Kizomba (DS, FS e forças regionais) se dividiria até o próximo Congresso da UNE. Porém, tanto a DS, quanto a FS, fariam a política da unidade petista. Portanto a política da AE sai fortalecida de um encontro que ela nem foi.

12. O congresso da UNE de 2003, marca a vitória do campo governista na UNE. Vemos diversos setores (AE, DS, Força e setores regionais) que antes combatiam a política neoliberal do governo FHC descambarem para a defesa das mesmas políticas só que agora com a roupagem petista. A chapa “Somos Todos Radicais” (PSTU, MES, CST, Reage-PT e outros setores regionais) nasceu de um chamado a toda esquerda do movimento. Portanto, esses são os setores da esquerda da UNE.

13. Em maio de 2004 foi realizado o Encontro Nacional Contra a Reforma Universitária do governo Lula&FMI. O encontro reuniu cerca de 1500 estudantes e fundou a CONLUTE. Foi o maior encontro que se tem notícia sem apoio da UNE. Aprovou um calendário de Luta que foi rigorosamente cumprido. Impulsionando o ME na luta contra a

reforma universitária. O Plebiscito contra a reforma alcançou mais de 50 mil votos. A CONLUTE se firmou como o principal pólo de aglutinação dos lutadores e vem cumprindo a sua tarefa. Participaram do Encontro: PSTU, Reage-PT, OMP, MEP, CASS, LBI, Estratégia Revolucionária, outros setores e estudantes independentes.

UNE

14. A UNE é uma entidade de massa com todas as características de uma e, por isso, devemos disputá-la e é por isso que estamos na UNE. Para sairmos da UNE temos que explicar o que mudou. E o que mudou? O que mudou não foi a UNE, mas as teses que a disputam. Então... é possível organizar a luta estando na UNE? A resposta é sim. Responder “não” a essa pergunta seria dizer que estávamos capitulando à pelo menos duas décadas a direção traidora do PCdoB.

15. Logo, avançaremos para segunda equação desse sistema. É possível lutar enquanto enfrentamos a direção majoritária da UNE? É o que fazemos a pelo menos uma década! A luta se enfrenta com a direção majoritária da UNE, inevitavelmente, por conta de sua burocratização e seu imobilismo e nossas posições se fortalecem na luta. Distanciar-se dessa disputa é abrir mão de disputar os estudantes, de atraí-los para nossa política e, pior, deixá-los reféns de todo tipo de oportunista. Podemos estar galvanizando um espaço político que será aproveitado por outros setores. Em outras palavras, ficaremos só com o ônus de sermos os sectários, enquanto os oportunistas ficaram com o bônus: A referência de serem os setores conseqüentes do movimento.

16. A terceira incógnita a ser resolvida é a seguinte e, provavelmente, a mais importante. Como organizar os setores que estão lutando fora da UNE? A equação se equilibra da seguinte maneira: Atuando dentro e fora da UNE, como sempre fizemos! É preciso convencer os setores mais avançados do movimento, que eles estão muito avançados. Precisamos evoluir a organização da CONLUTE. A CONLUTE deve ser construída na base da UNE. Impondo a contradição para todos os seus setores.

Não estaremos em contradição estaremos defendendo a UNE organizando a luta. Se a UNE não fizer a luta, e provavelmente não fará, a CONLUTE fará, como já está fazendo. Da mesma maneira que fizemos o Plebiscito contra a Reforma Universitária. Não podemos entregar o legado de luta da UNE para a direita. É o que esperam que façamos! Não devemos abandonar nossas posições. O inimigo é mais forte e está em todos os lugares.

ALGUNS QUESTIONAMENTOS

17. Alguns questionamentos ficam para

serem explicitados durante o debate sobre a UNE. Por que a reorganização do Movimento Estudantil tem se dar igual a do Movimento Sindical? Não estaríamos servindo de massa de manobra ao movimento sindical? Isso não fere o ritmo e a autonomia do ME? Existe realmente a possibilidade de um grande ascenso no movimento sindical que justifique a subordinação do movimento estudantil? Em que medida esse ascenso não se refletirá também no movimento estudantil? Está descartada a possibilidade de ascenso só no movimento Estudantil? Porque a CONLUTE não cumpriria todas essas tarefas? Qual o real motivo de isolar a CONLUTE da UNE e instalá-la dentro do CONLUTAS? O que está em jogo não é a impossibilidade de continuar na UNE, mas uma política suicida, pois trabalha somente com a negação e ignora os elementos de continuidade do processo.

18. Vamos aos argumentos. A CONLUTE, não tem grande inserção no movimento de pagas. Não aglutina todos os setores que combatem o governo Lula. Numa situação de greve, o Comando de Greve será organizado pela UNE, pela CONLUTE ou por nenhuma das duas? A esquerda, historicamente, defende que em períodos de greve o comando de greve dirija a UNE. Nesta situação, a CONLUTE será dirigida pelo comando ou pela direção da CONLUTE? Se o comando de greve for composto por universidades ligadas a UNE terão direito de voto? E se forem maioria? Que legitimidade terá a Entidade nas negociações? O Movimento Estudantil no Brasil não é movimento sindical nem é um partido. As entidades de base não têm uma relação orgânica com a UNE. Não é só afirmar: Se desfilie da UNE. Não podemos desfilhar aquilo que não é filiado! É como expulsar um membro do Clube de que não é sócio.

19. Vamos disputar todas as eleições de DCE dizendo “a UNE não fala em nosso nome, por isso devemos ir para a CONLUTE? Ou vamos para as Eleições dizendo “A Reforma Universitária e a política do governo Lula acabam com o ensino público, por isso precisamos da CONLUTE para organizar a luta”? O que parece mais sensato? Os processos de eleições de DCE’s devem ser realmente polarizados politicamente. Quem poderá afirmar que a CONLUTE não se transforme em uma nova UNE? Imagine todos os setores denunciando o divisionismo no movimento estudantil. Alegando que estamos fazendo o jogo da direita e abrindo espaço para construção da SDE (Social-Democracia Estudantil). E dizendo: “A CONLUTE saiu da UNE, porque não tem condições de fazer a disputa na base do movimento”. Temos que continuar na entidade desgastando a direção por dentro e por fora, bloqueando todos os argumentos que as correntes da direita e dos centristas possam utilizar contra nós.

20. O governo negociará com a

CONLUTE ou com a UNE? Se o governo optar pela UNE a pressão que faremos sobre a UNE nessa negociação será superior as instâncias da UNE, nas ruas, ou por dentro e por fora? É fácil escolher a terceira opção. Não só porque há mais área para pressão, mas também, porque estando na entidade poderemos denunciar a direção traidora. Entretanto, fora da entidade a denúncia perde legitimidade. Se o governo optar pela CONLUTE, será porque o movimento está fortalecido e devemos ampliar o projeto. Porém, essas possibilidades são remotas. Nossa avaliação é que estamos sendo derrotados na implementação da (anti)Reforma Universitária. Se no decorrer da negociação a UNE fizer um de seus costumeiros acordos de cúpula, teremos duas opções: “A UNE não fala em nosso nome, por isso venha para o CONLUTE”, ou “A UNE novamente está traído os trabalhadores. Precisamos de todos para construir a CONLUTE como uma nova direção para o ME!”.

21. Vejamos outra questão. Rompemos com a UNE e estamos na CONLUTE. 1) Quem não estiver na CONLUTE, nossa entidade, estará com uma posição atrasada. Chamaremos todos os setores para participar da nossa entidade dizendo a eles que eles são atrasados, pois eles não têm as nossas posições avançadas? Isso me parece arrogância ou, no mínimo, pretensão. 2). Existe um setor que não tem certeza que a UNE é traidora e precisa fazer a experiência com a direção. Diremos o que a ele? Que não precisa fazer, pois a história da luta de classes no mundo já provou que a direção política do PCdoB é traidora? 3) Apresentaremos, a partir da CONLUTE, a CONLUTAS, o futuro sindical de todos esses militantes, o “melhor da vanguarda”, porém sem sequer ter tentado ter influência de massa? Por favor! Precisamos construir um processo, onde se democratize ao máximo nossa relação. Na ética e na luta e que amplie para outros setores, principalmente, independentes. E que não se feche em nós mesmos.

Vejamos a questão sobre outro prisma. 1) Quem não está na CONLUTE, estará na UNE junto conosco. E estaremos chamando o companheiro ou companheira para conhecer a CONLUTE, pois achamos que a UNE não defende mais o ensino público, poderemos convencê-lo ou não. 2) Existe um setor que não tem certeza que a UNE é traidora e precisa fazer a experiência com sua direção. Diremos o que a ele? Vamos construir a CONLUTE e faremos uma experiência juntos. Isto é, se temos tanta certeza que a UNE é traidora e que o resultado de sua política será a traição, porque evitar o debate por dentro da entidade? (E volto a dizer, não centraliza). 3) Apresentaremos, a partir da CONLUTE, a CONLUTAS para todos os setores do Movimento Estudantil, inclusive para a direção da UNE. Bancaremos o

CONLUTAS em todos os eventos que a UNE fizer com a CUT, com o governo. Constrangeremos os agentes do Banco Mundial que virão dar palestras sobre seus negócios. Disputaremos os estudantes de todo o país, dizendo que a CONLUTE precisa ser reforçada. Enfim, construiremos o CONLUTAS na base da UNE, reforçando o movimento estudantil e o movimento sindical, impondo às correntes de direita e de centro o convívio conosco. Ou então, precisaremos reestudar o conceito de convicção!

CONCLUSÃO

22. O processo de “reposicionamento da esquerda” vem criando no movimento social um certo grau de impaciência, mas devemos lembrar que “a paciência é uma virtude revolucionária” e a prática é o critério da verdade”. Não podemos desconsiderar os aspectos de “continuidade e descontinuidade” da construção do futuro. O novo não nasce sem o velho. A experiência da UNE tem muito a nos ensinar. Todos sabemos que o PT nunca teve uma organização que pudesse disputar a UNE e isso estava a serviço da política de construção da hegemonia na CUT, que ajudou a fortalecer a hegemonia do PCdoB na UNE. O processo de construção da nova central não pode desconsiderar que os movimento tem sua autonomia, que a correlação de forças é diferenciada, que a lógica sindical não se aplica ao movimento estudantil. Enfim, a postura de construir uma central sindical de luta não pode se dar em detrimento da independência do movimento estudantil! A UNE é a entidade dos estudantes. Defender a UNE e dizer que mantemos o canal aberto com a maioria dos estudantes do país. Dirigir o movimento não é somente aglutinar o melhor da vanguarda, mas sim ter a clareza que, “em política, só conta o que é de massa”.

Proposta de organização da CONLUTE:

- 1) Organizar a direção nacional da CONLUTE;
- 2) Organizar as direções estaduais da CONLUTE;
- 3) Jornal Nacional Mensal da CONLUTE – **Faisca**.
- 4) Propaganda Camisetas e Bandeiras com o símbolo da CONLUTE;
- 5) Campanha de adesão a CONLUTE, e contribuição financeira;
- 6) Campanha pela Estatização das Universidades Privadas!
- 7) Organizar o próximo encontro da CONLUTE para final do ano para definir uma nova coordenação.

TESE DA ORGANIZAÇÃO MARXISTA PROLETÁRIA

AO ENCONTRO “A REFORMA UNIVERSITÁRIA E OS RUMOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL”

site: www.geocities.com/omporg
contato: orgmarxprol@ig.com.br

1-INTRODUÇÃO : O MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUA HISTÓRIA

Nos momentos de avanço do capital sobre o trabalho, ou seja, da estabilização do sistema capitalista como modelo estrutural e ideológico da sociedade moderna, é que está colocada a necessidade de se organizar a luta do proletariado. Como parte de todo um embrutecimento da sociedade, é vedado aos trabalhadores o acesso às universidades, que possibilitam uma formação crítica frente ao capitalismo.

A formação crítica dos trabalhadores, ao contrário a dos estudantes, se dá no interior dos sindicatos, no nível da consciência e luta sindical. Já aos estudantes, é colocada no interior das universidades a possibilidade de uma formação crítica, e é no interior dos espaços de organização política dos estudantes que se potencializa o pensar crítico sobre a sociedade em atitude crítica.

A atitude crítica dos estudantes em manifestações públicas é capaz de ideologicamente pautar a discussão de uma política revolucionária no interior da sociedade capitalista, mas não é capaz de estruturalmente interferir no funcionamento desta sociedade. Esta força está nos braços do proletariado, que nas fábricas sustentam os pilares do sistema do capitalismo. É na organização política, como na revolta de maio de 1968, no pensamento e atitude crítica de estudantes e trabalhadores, da consciência de classe em si, que os espaços objetivos de luta, sindicatos e representações estudantis, aumentam seu potencial revolucionário.

Foi justamente num período de avanço do capital sobre a universidade que em maio de 1968 estudantes franceses resolveram se solidarizar com colegas reprimidos por participarem de uma manifestação contra a guerra do Vietnã, e, principalmente, decidiram se manifestar por uma reforma radical na universidade, alinhada definitivamente com os ideais socialistas.

Os estudantes daquela época reivindicavam principalmente a contratação de mil novos professores, a construção de novas salas e bibliotecas, além de uma reforma completa no sistema de avaliação de ensino. Assim como hoje, aqueles estudantes saíram às ruas em defesa da universidade e contra o ataque do capital, cujo único objetivo era fazer

frente às quedas das taxas de lucro.

E também, da mesma que no dia 25 de agosto de 2004, quando estudantes manifestavam contra a Reforma Universitária em frente ao MEC e foram agredidos pela Polícia Militar do Rio, a polícia francesa também agiu com truculência contra os estudantes. Os policiais invadiram a universidade Sorbonne, na qual era proibida a entrada da polícia, e agrediram centenas de estudantes que estavam no pátio manifestando pacificamente contra o ataque do capital à universidade.

Para tirarmos uma lição da revolta de maio de 1968, devemos ter claro que, naquele período, a burguesia ainda precisava do Estado para dar prosseguimento ao avanço do imperialismo, que ainda coexistia pacificamente – por meio da social democracia, do bem estar social – com os ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, bases do movimento comunista tão vivo e presente através do socialismo, referência revolucionária para os estudantes daquela época.

E foi justamente quando a vanguarda estudantil francesa procurou a vanguarda sindical da França, que unidos estudantes e trabalhadores nos ideais libertários, contra a truculência burguesa representada pela violência da polícia, a central sindical da França declarou a greve geral que paralisou todo o país durante semanas.

Juntos, estudantes e trabalhadores mostraram o potencial revolucionário dos povos que, unidos na consciência de classe em si, unificaram suas reivindicações e demonstraram mais uma vez ao mundo o potencial revolucionário da própria humanidade. Os estudantes franceses, assim como os estudantes da América Latina, que lutaram contra as ditaduras, fizeram da práxis a arma usada nas ruas na luta de classes.

Mesmo hegemonzados pelo reformismo na história moderna na luta de classes no Brasil, os estudantes brasileiros sempre estiveram historicamente ombro a ombro com as lutas dos trabalhadores do país. Assim o foi na luta contra o Estado Novo e na pressão pelo envio de tropas para combater, na 2ª guerra mundial, o nasci-facismo vigente na Europa. Os estudantes também se envolveram diretamente na luta pelo monopólio estatal da produção do petróleo e pela criação da Petrobrás.

No período que antecede o golpe militar de 1964, os estudantes, mesmo ainda sob a influência do reformismo, se mantiveram à frente de pontos localizados de radicalização da luta

de classes, radicalização em que também tomava parte o movimento das Ligas Camponesas, que organizava as lutas camponesas naquele período histórico.

Com o golpe militar em 1964, o movimento estudantil e a radicalização da luta de classes no país de maneira geral sofreram sua primeira derrota para os militares, e tiveram que reorganizar a luta frente ao inimigo de classe – o militarismo em nome dos interesses burgueses – que recrudescia mais uma vez a luta libertária dos trabalhadores.

Ainda sobre a influência do reformismo, inúmeros estudantes se envolveram com a luta do movimento democrático contra a ditadura militar que perseguiu, torturou e matou milhares de jovens revolucionários em toda a América Latina. Os estudantes viram suas universidades serem invadidas, colegas e líderes comunistas serem mortos, mas continuaram fiéis aos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade. E agiam inspirados nas experiências da Revolução Cubana, a experiência de um governo socialista no Chile e na revolta dos estudantes franceses em maio de 1968, acontecimentos concretos do fortalecimento da luta de classes naqueles anos.

É justamente no fogo da luta de classe, que em meados da década de 80, surge no ABC paulista o Partido dos Trabalhadores (PT) – um partido de origem social democrata –, que já no final da década de 90 unificava a esquerda brasileira, o que inclui o movimento estudantil.

2-A ATUAL CONJUNTURA E OS DESAFIOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

a) A Conjuntura

A década de 90 marca a conversão do PT, um partido de uma origem social democrata, em um partido reacionário. Este processo é acompanhado por uma crescente degradação interna do Partido, na qual o espaço para a disputa política vai cedendo lugar ao cerceamento. Conforme o PT passa a se atrelar a institucionalidade burguesa, o campo majoritário do Partido inicia o uso da máquina para fortalecer sua atuação interna.

No final da década de 90 observa-se o esgotamento da política econômica neoliberal. Isto não significa que o capitalismo esteja passando para uma outra fase de desenvolvimento, que tenha desenvolvido outros mecanismos de reprodutibilidade. Pelo contrário, a res-

posta ao esgotamento do neoliberalismo vem sendo o aprofundamento do mesmo. Isto faz com que o capitalismo brasileiro comece a apresentar dificuldades de reprodutibilidade. O maior sintoma desta crise é a ascensão ao poder do PT, através do governo reacionário do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Marx já alertara que nos períodos de crise de reprodução do sistema capitalista, a tendência é que os partidos com penetração em sindicatos e no movimento estudantil assumam a centralidade do poder burguês em nome do poder burguês, para garantir a reprodutibilidade do capitalismo na sociedade, por não darem visibilidade política à contradição que se agudiza no campo econômico. Ou seja, promover a união do capital com o trabalho – que entendemos como a reificação da exploração dos trabalhadores –, assim como propagandeou Luiz Inácio Lula da Silva. Ao contrário do que afirmam muitos, o proletariado Brasileiro não referenda nenhum processo de mudança ao votar no PT. Pelo contrário, ele vai reafirmar sua subordinação à ideologia dominante na medida em que é envolvido pelo discurso de que o crescimento econômico trará distribuição de renda, etc.

A história só se repete como farsa, afirmou Marx. A burguesia e seus partidos aliados (PT, PCdoB, PCB e outros), que nada mais são do que correia de transmissão da mentira populista da promessa de crescimento burguês, utilizando-se de sua penetração nos sindicatos, movimento de massas e movimento estudantil para dar continuidade ao projeto de dominação burguês, seguem implementando as reformas do Estado (que tem como sentido geral a retirada dos direitos dos trabalhadores e dos estudantes para aumentar os lucros o capital) e miserabilizando os trabalhadores do país.

Durante os anos de 2003 e 2004 observamos que, mais cedo do que se esperava, o caráter de agente da dominação capitalista do governo Luiz Inácio Lula da Silva veio à tona. As reformas neoliberais, quer sejam aquelas que já foram implementadas (como a da Previdência), quer seja as que estão em andamento (como a Universitária), ou as que estão pautadas (como a Sindical e Trabalhista), causaram um grande desgaste do governo junto aos setores organizados do movimento proletário e estudantil. Surgiram mobilizações em todo o país para enfrentar estas reformas. No entanto, estas mobilizações foram dificultadas por dois fatores importantes:

1- O aprofundamento, causado pelo governo Lula, do refluxo do movimento proletá-

rio e estudantil originado no período de ascensão do neoliberalismo.

2- A presença nefasta da “esquerda do PT” no interior das mobilizações, que atuou como “quinta coluna” do governo ao impedir que a luta contra as reformas do governo se chocasse contra o mesmo e, portanto, impedindo que as mobilizações alcançassem seu objetivo.

Vamos, então, a uma leitura detalhada destes dois fatores:

1- Como sabemos, o período de ascensão do neoliberalismo (no Brasil, na segunda metade da década de 80 e, principalmente, na década de 90) foi um período de refluxo do movimento proletário. Isso porque, por um lado, o movimento não conseguia vitórias e conquistas e, ao mesmo tempo, o capital avançava contra os direitos dos trabalhadores para fazer frente às suas dificuldades de reprodutibilidade, aumentando a exploração e assim diminuindo a queda da taxa de lucros.

Por outro, ocorre um ofensiva ideológica muito grande contra o socialismo, fortalecida pela sua queda no leste europeu. Esta ofensiva surge pregando o individualismo e a lógica de mercado. Pois bem, o primeiro efeito do governo Lula quando demonstrou seu caráter neoliberal foi desmobilizar ainda mais o proletariado, porque ampliou o ceticismo das massas fortemente semeado pela ideologia dominante em relação a qualquer possibilidade de transformação social.

Além disso, os setores já mobilizados, tanto no movimento estudantil como no movimento proletário, sofrem com a cooptação que o governo exerce sobre suas entidades representativas. Como já dissemos, o governo Lula/PT é mais eficiente do que os governos tradicionais da burguesia para dar prosseguimento a política neoliberal, em um período em que a mesma se encontra em crise, justamente porque tem penetração nos movimentos sociais e assim consegue implementar reformas que nem FHC conseguiu.

2- O atual posicionamento da chamada “esquerda do PT” (utilizamos aspas na denominação porque, para a OMP, não existe esquerda no PT) se alinha com aquilo que Lênin definiu em seu livro “A Falência da II Internacional” como Social Chauvinismo. A política Social Chauvinista se caracteriza por tentar promover a conciliação de classes, travestida de “interesses nacionais”. Significa tentar con-

vincer o proletariado de que ele não deve lutar contra a burguesia e seu respectivos governos (no caso do Brasil, o governo Lula), mas sim buscar os interesses “da nação”. Constituem-se, assim, em braços da burguesia no interior do movimento proletário e cumprem o papel de impedir que este movimento se choque contra a burguesia e seus governos. Em troca disso, recebem recompensas e benefícios materiais e políticos dos governos burgueses, e passam a se constituir em uma espécie de “aristocracia

do movimento proletário”, com interesses específicos atrelados à lógica do capital e, portanto, antagônicos aos do movimentos proletário.

O social chauvinismo, como explicou Lênin, ganha condições objetivas de desenvolvimento quando o capitalismo precisa de mecanismos extraordinários para sua reprodutibilidade, como uma guerra ou um governo comprometido e agente dos interesses do capital, mas com penetração no movimento proletário. O período pré-Primeira Guerra foi fértil para o aparecimento do social chauvinismo na Europa, e a crise do neoliberalismo tem sido fértil para seu desenvolvimento no Brasil, através do PC do B e do PT (inclusive de sua “esquerda”).

O que ocorre com o governo Lula é que ele tem dois eixos de sustentação no movimento. A linha principal, representada pelo PC do B e pela Articulação (campo majoritário do PT), tem a função de paralisar a luta dos trabalhadores e dos estudantes, abalizar as políticas do governo e servir como instância de legitimação do mesmo no interior dos movimentos sociais. A chamada “esquerda do PT” funciona como linha auxiliar de sustentação do governo. Por não compor o núcleo duro do governo (mas estar comprometida ideológica e materialmente com o mesmo), tem a função de incidir em espaços do movimento que a linha principal não consegue, como por exemplo as mobilizações contra as reformas do governo.

Isso fica explícito quando a chamada “esquerda do PT” intervém nestas mobilizações para impedir que as mesmas se choquem com o governo, e tenta impor a elas um marco rebaixado, institucional e reativo. Ou seja, exatamente o contrário do marco necessário para que o movimento consiga enfrentar as reformas do governo e, no fogo dessa luta, construir opções organizativas às entidades tradicionais do movimento (UNE e CUT), já definitivamente falidas, burocratizadas e estrutural e materialmente comprometidas com o governo.

Esse problema é agravado pelo fato de que os partidos que hoje são hegemônicos na esquerda, o PSTU e o PSOL, se negam a combater a “esquerda do PT”, sendo que o PSOL muitas vezes adota uma posição de aberta colaboração com a mesma. Isso faz com que a “esquerda do PT” tenha sua tarefa de frear e atrapalhar as mobilizações contra o governo Lula enormemente facilitada.

Se, por um lado, os fatores acima elencados fazem com que o movimento estudantil e o movimento proletário no Brasil encontrem enormes dificuldades, por outro observamos que nos anos de 2003 e, principalmente, 2004, ambos começaram um processo de reorganização que faz com que com que existam no horizonte sintomas de retomada da luta de massa no Brasil.

Luta essa que é conseqüência natural do recrudescimento do ataque do Capital ao pro-

letariado para fazer frente ao período de crise que está atravessando. Apesar de, no segundo semestre de 2004, a economia brasileira ter apresentado pequenos índices de crescimento econômico, isso não altera em nada o quadro geral exposto acima.

Isso porque a estratégia de crescimento econômico capitalista alardeada pelo governo Lula como caminho do pleno emprego e da justiça social é, como já afirmamos anteriormente, uma grande farsa! O crescimento econômico no capitalismo sempre se dará aos custos de uma precarização das condições de vida do proletariado, já que se baseia na produção de mercadorias que, mesmo se destinadas ao mercado interno, só serão consumidas por parcelas privilegiadas da população e, além disso, significa incorporação de tecnologia ao processo produtivo, o que aumenta o desemprego. O crescimento econômico verificado na economia brasileira em 2004, além de não ter beneficiado em nada o proletariado (o número de empregos criados foi absolutamente irrelevante, incapaz de compensar o aumento de desemprego em outros setores), foi circunstancial, centrado na produção de grãos (soja, principalmente) e automóveis para a exportação para um mercado externo excepcionalmente comprador (principalmente a China e países Árabes).

Desta forma, para 2005 e 2006 não podemos esperar outra coisa do governo Lula do que ataques ao proletariado via desemprego, precarização dos serviços públicos, e reformas neoliberais, para retirar de direitos dos trabalhadores e beneficiar o capital. Se, por um lado, isso representará dificuldades enormes para o proletariado, por outro aumentará o desgaste do governo, e exigirá uma retomada das lutas para fazer frente aos ataques do capital.

Já como sintoma desta retomada da luta de massas em 2004 foram criadas a Conlute e a Conlutas, em Encontros Nacionais amplamente vitoriosos. Ambas se constituíram como opções frente a falência das entidades tradicionais do movimento, e desempenharam uma papel de vanguarda no combate ao governo Lula e suas políticas, papel este indispensável para reorganização do movimento e para a retomada da luta de massas.

Essa interação entre fatores positivos (que apontam para a retomada da luta) e negativos (que mantêm o refluxo da década de 90) fazem com que o movimento de massas no Brasil se encontre num período de crise. Por crise, entendemos não um período de falência ou paralisia, mas sim um período em que não existe mais uma referência nem um projeto, onde o velho não serve mais, e que por isso abre espaço para o surgimento do novo. Mas este novo ainda esta para ser criado e só será criado sobre os escombros do velho! É por isso que a luta que hoje a Conlute e a Conlutas organizam não deve só se desenvolver por fora da UNE e da CUT, mas sim

CONTRAAS MESMAS, já que ambas hoje se converteram em inimigos dos estudantes e trabalhadores, constituindo-se em braços da burguesia no interior do movimento.

Deliberações:

Contra o governo Lula/PT;

Contra as reformas neoliberais do governo Lula/PT;

Contra o pacto social do governo Lula/PT e o conselho de desenvolvimento econômico e social;

Pela Reforma Agraria todo apoio as ocupações de terra;

Contra o arrocho salarial e o desemprego: pelo aumento do salário mínimo pela redução das jornadas de trabalho para 6h sem diminuição de salários;

b) Os desafios do Movimento Estudantil

O maior ataque perpetuado pelo governo Lula contra os estudantes foi também o maior ataque já perpetuado contra as universidades brasileiras desde o governo militar. Este ataque recebeu o nome de Reforma Universitária, e teve seu início em 2004. A Reforma Universitária do governo Lula/PT tem o sentido de institucionalizar definitivamente todo o processo de privatização da universidade e implementação do capitalismo acadêmico que foi desenvolvido pelo governo FHC. Se durante o governo FHC os ataques às universidades se davam na linha da destruição gradativa da universidade pública, o que esta reforma busca é, simplesmente, destruir definitivamente a própria idéia de universidade pública, institucionalizando um modelo de universidade baseada na idéia de parceria público-privado. O modelo de capitalismo acadêmico é constituído pela interação de dois elementos fundamentais.:

1-Diminuição drástica de recursos estatais;

2- Subordinação da Universidade ao mercado, com crescente diminuição da autonomia universitária. Isso faz com que a Universidade deixe gradativamente de ser um espaço de produção de conhecimento autônomo e, que, portanto, aponte para um caminho de transformação social, e se torne cada vez mais um espaço de reprodução do capitalismo.

A universidade é subordinada diretamente ao mercado, e passa-se a formar uma grande quantidade ‘profissionais’ sem um conhecimento crítico da realidade. Estes constituem mão-de-obra abundante e minimamente qualificada para o mercado, aumentando a exploração de mais valia absoluta (diminuição dos salários). O ensino é dissociado da pesquisa e da extensão, desconstruindo o tripé característico da universidade (ensino pesquisa e extensão)

Enquanto isto ocorre, a formação superior se torna uma mera reprodução das técnicas já existentes no mercado, uma vez que teoria e prática são separadas. A prática é determinada pelo real imediato, dissociada de qualquer perspectiva crítica. A própria prática educacional passa, então, a fortalecer o consenso ideológico de legitimação do neoliberalismo, de que fato é valor. Este modelo faz com que em se proliferem as faculdades privadas, grande parte delas absolutamente descompromissadas com um ensino de qualidade, desprovidas de políticas de extensão e pesquisas, parametradas por motivações fundamentalmente mercadológicas. A finalidade é vender educação como um valor de troca possibilitando ao seu “comprador” uma melhor inserção no mercado. Formar maior número de profissionais no período mais curto também passa a ser uma preocupação, visando à maximização dos lucros já que cada novo aluno significa um novo consumidor.

Este movimento de subordinação total das universidades à lógica do capital também afeta de maneira significativa as IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) e as IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior). Com a redução drástica dos recursos estatais, observamos o sucateamento de toda estrutura das universidades públicas, além de um descompromisso com a construção de projetos pedagógicos consistentes. Como consequência disto, o próprio caráter de produção do conhecimento muda. A tendência é que a produção do saber deixe de ser um processo dialógico e se torne uma simples aceitação de fórmulas prontas. Para que a educação possa ser uma mercadoria passível de ser trocada no mercado (como determina a OMC), a padronização da mesma é fundamental.

Todo este processo leva à criação de um modelo dual de educação. Por um lado, observamos o crescente sucateamento de expressivos setores da universidade e uma crescente desvalorização da graduação. E, isoladamente, se constituem os centros de excelência, voltados para a incorporação constante de tecnologia ao processo produtivo. Estes centros de excelência muitas vezes recebem financiamento privado, o que faz com que a universidade fique dividida entre uma grande parte sucateada e pequenos feudos de excelência, muitas vezes são sustentados através do modelo de fundações. Ou seja, o que está aí colocado é o investimento privado em universidades públicas, instaurando o modelo de parceria público - privado.

O capital, através destes investimentos em universidades públicas, passa a se apropriar de um patrimônio público, utilizando-o para sua própria reprodução. A pesquisa universitária passa a ser subordinada à iniciativa privada. Os pesquisadores da universidade perdem sua autonomia investigativa e passam a de-

envolver um trabalho alienado, como numa linha de produção. Mas em compensação passam a receber benefícios econômicos, se constituindo, assim, em capitalistas acadêmicos.

Este processo traz para dentro da universidade a lógica de competição inerente ao mercado capitalista. O desempenho acadêmico passa a ser avaliado a partir de critérios como rentabilidade, eficiência e lucratividade. Instaura-se, também, uma lógica de apropriação do público pelo privado. Os capitalistas acadêmicos passam a se apropriar de pequenas parcelas da universidade (laboratórios, pesquisas, etc.) através de micro estruturas de poder, para barganhá-las no mercado. Esta tendência aponta para a desconstrução da universidade enquanto um espaço de construção coletiva do saber, capaz de relacionar as várias áreas de conhecimento e conferir um sentido transformador a esse conhecimento.

A desconstrução da universidade enquanto espaço de construção de conhecimento leva também ao esvaziamento das instâncias colegiadas de deliberação. Quanto mais “pequenos feudos” se criam na universidade, mais a sua estrutura de poder se torna autoritária e marginal aos seus espaços representativos. Assim, a concepção de universidade enquanto uma construção da comunidade acadêmica (professores, servidores e alunos), unida em torno de um feixe de interesses compartilhados também desaparece. Cada vez mais estas três categorias se tornam funcionais para simples reprodução do que já existe na universidade, e deixam de ser agentes políticos de construção do curso.

A Reforma Universitária do governo já teve alguns de seus eixos fundamentais oficializados, que comprovam seu caráter reacionário. O primeiro deles é o novo projeto de avaliação institucional, o SINAES, que mantém os mesmos princípios do Provão. Constitui-se em uma avaliação meritocrática, que busca ranquear os cursos e não respeita a sua autonomia pedagógica, impondo um modelo de educação. Sistemas de avaliação com esta orientação tem como principal objetivo isentar o Estado de qualquer tipo de responsabilidade com uma política pública de educação. A sua função passa a ser determinar quais são os cursos mais adequados ao mercado e lhes oferecer vantagens, reafirmando a lógica de um conhecimento meramente instrumental.

No entanto, se no Provão a avaliação se restringia a uma única prova no final do curso, agora todo o curso será avaliado, obedecendo aos princípios acima explicitados. Desta forma, não só o aluno será tratado como um objeto, e sim todo o curso, que deverá ser uma “linha de produção eficiente” para produzir este objeto!

Este é o princípio que orienta o SINAES, projeto que vai ao encontro das orientações da OMC de transformar a educação em ser-

viço. Seguindo esta lógica, é importante que ela seja padronizada, convertendo-se em uma mercadoria não variável, o que possibilita que os investidores capitalistas tenham na educação um campo seguro de investimento.

O segundo eixo é o projeto de ampliação dos cursos de graduação em Universidades Públicas. Com ele, o governo pretende aumentar a oferta de vagas nas Universidades Públicas. No entanto, irá fazê-lo através de dois mecanismos particularmente danosos à educação: o aumento do número de alunos por turma e o ensino à distância. Ambos os mecanismos atacam a idéia do aprendizado enquanto construção do saber através de um processo dialógico. O aprendizado, assim, se torna adestramento, uma série de mecanismos pré - concebidos que aluno deverá assimilar! Esta concepção de educação impossibilita uma visão crítica da realidade, porque também a realidade passa a ser algo a ser aceita (uma vez que o conhecimento já esta pronto), e não questionada.

O terceiro eixo é o Projeto Universidade para Todos (ProUni), já aprovado como lei na câmara e no senado. Através dele, o Estado irá comprar vagas nas faculdades particulares. Esta iniciativa representa a oficialização, pelo Estado, da destruição da educação enquanto direito e, portanto, do princípio de que recursos estatais devem ir única e exclusivamente para universidades públicas. Representa a destruição do princípio da universidade pública, gratuita, de qualidade e PARA TODOS. As parcerias público - privado serão oficializadas no campo da educação, e o Estado irá destinar recursos públicos para financiar os tubarões do ensino, que receberão isenção fiscal e terão vagas compradas nos cursos que atualmente lhes dão prejuízos. Cabe ainda lembrar que as vagas compradas pelo Estado não serão, em sua grande maioria, gratuitas para os estudantes.

Também ao longo de 2004 o governo oficializou uma série de mecanismos de injeção de capital privado na universidade pública, que, como vimos acima, acabam com o caráter crítico do conhecimento produzido e possibilitam ao capital se apropriar de um patrimônio público para sua reprodução. O governo aprovou a Lei de Fundações, que facilita e desregulamenta ainda mais esta injeção de recursos na universidade pública. Para complementar a Lei de Fundações, o governo aprovou a Lei de Inovações Tecnológicas, segundo a qual as empresas terão propriedade sobre o conhecimento que for produzido na universidade quando este for financiado por sua iniciativa. Isso significa que o conhecimento produzido na universidade pública perderá seu caráter público! As parcerias público - privado possibilitaram mais essa apropriação, pelo capital, do conhecimento produzido na universidade pública.

Finalmente, devemos analisar os documentos que o governo tem editado para expor as linhas gerais da Reforma Universitária, que foram três ao todo. O primeiro foi lançado ainda no período de Cristóvão Buarque, o segundo em junho de 2004 e o terceiro em dezembro de 2004. Este último irá nortear o projeto orgânico de lei da Reforma Universitária, a ser apresentado na câmara no primeiro semestre de 2005. Através dele, o governo pretende oficializar toda a Reforma Universitária que foi imposta a comunidade acadêmica de maneira “fatiada” durante o ano.

Todos os documentos tem como eixo central o ataque à autonomia Universitária. O governo afirma que a atual crise da universidade é consequência das amarras legais que impedem de captar e administrar seus próprios recursos. Ou seja, significa que o governo oficializa a captação de recursos da universidade no mercado e acaba com a garantia de recursos estatais para a universidade pública. Significa que o próprio princípio de universidade pública é atacado, concedendo à universidade a falsa autonomia, a autonomia financeira.

Além disso, o governo propõe um “pacto inclusivo para a educação”. Este “pacto” significa o ataque à autonomia política da universidade, ao princípio de que ela não pode estar submetida a nenhum projeto político institucional imediato. O princípio de autonomia política universitária significa que a comunidade acadêmica deve ter liberdade para, através de suas instâncias colegiadas, definir que conhecimento irá produzir e como ela irá interferir na sociedade. No entanto, no documento final está previsto que os setores da universidade que adotarem as políticas do governo terão maiores incentivos, tanto de recursos como favorecimentos políticos. Logo, o governo impõe para a universidade o seu projeto de poder.

Desta forma, a universidade ganha uma falsa forma de autonomia (a financeira) e perde sua autonomia política. O resultado disto é uma universidade financeiramente subordinada ao mercado e politicamente subordinada ao poder político do Estado burguês. ESTA EQUAÇÃO DE FATORES DETERMINA O FIM DA AUTONOMIA DIDÁTICO - CIENTIFICA DA UNIVERSIDADE, que deixa de ser um espaço de produção de conhecimento transformador com potencial de questionar o capitalismo e passa a ser uma instância de reprodução imediata do capital.

É justamente empenhado na luta contra a Reforma Universitária que o Movimento Estudantil, fora da UNE – hoje a quinta coluna da burguesia no seio do Movimento Estudantil – , começa a se rearticular e lutar contra mais este ataque do capital à luta de classes. Em maio de 2004 o ME construiu a Conlute, justamente para ter um instrumento de organização nacional capaz de unificar a luta contra a

Reforma Universitária.

Como já afirmamos anteriormente, a Conlute desempenhou um papel de vanguarda na mobilização contra a Reforma. Daqui para frente, acreditamos que a Conlute deva se constituir em uma **NOVA ENTIDADE NACIONAL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL**. Para isso, é fundamental que conte com instâncias de formulação e deliberação claramente estabelecidas. Além disso, a Conlute tem que ser capaz de centralizar e organizar todas as lutas e reivindicações do movimento estudantil, sem ficar refém de outros espaços - coisa que aconteceu em alguns períodos de 2004, como na Plenária de Brasília e na organização dos Encontros Estaduais, e trouxe graves conseqüências para a mobilização contra a Reforma Universitária.

Só assim, ela se constituirá em uma nova referência para os estudantes. Para que eles sintam que a Conlute é a sua entidade, é fundamental que eles possam levar suas lutas através dela, é fundamental que a Conlute seja o instrumento pelo qual os estudantes possam efetivamente encaminhar suas lutas, constituindo-se em sujeitos políticos.

Além de tocar a luta contra a Reforma Universitária, é fundamental que a Conlute tome para si as lutas e reivindicações históricas do ME. Não podemos cair na armadilha dos setores governistas do ME que dizem que temos que ser propositivos, e não reativos e contrários à Reforma Universitária do governo Lula. Se trata de uma argumento sofista para enganar e mentir para os estudantes. Isso porque, como já demonstramos de maneira bastante clara acima, o sentido da Reforma Universitária do governo Lula /PT já está definido, e é frontalmente oposto ao sentido da Reforma Universitária historicamente defendida pelo ME. E não poderia ser diferente, já que um governo reacionário como o do PT só poderá fazer reformas a favor do capital.

Portanto, o que temos que fazer é lutar para barrar a Reforma Universitária e continuar lutando contra ela mesmo se ela for oficializada como projeto de lei. E, de maneira combinada com essa luta, defender uma universidade que produza um conhecimento crítico, capaz de relacionar os diversos ramos de saber conferindo um caráter transformador a eles.

Para isso, é fundamental que a universidade tenha uma verba muito superior à atual e inteiramente garantida pelo Estado. Além disso, é fundamental que a universidade tenha paridade em seus órgãos de deliberação colegiados, pois só assim gozará de autonomia política. Devemos defender projetos pedagógicos centrados na Teoria Crítica Marxista, capazes de instrumentalizar e formar sujeitos políticos voltados para transformação social. Devemos lutar por uma universidade a serviço do proletariado, que conte com assistência estudantil e com um número muito maior de vagas, para que o proletariado pos-

sa ter acesso a ela.

Neste sentido, temos também de defender projetos de extensão que tenham mais verbas, e que estejam voltados para o fortalecimento de políticas públicas de educação, saúde, etc. Nossa luta é por uma educação inteiramente pública, gratuita, de qualidade e a serviço do proletariado!!

E para toda esta luta, que remonta o surgimento do ME e que hoje ganha uma importância histórica capaz de influenciar os rumos da humanidade, temos que contar com **UMA NOVA ENTIDADE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL**. Já está comprovado que a UNE, hegemônica pelo PT e pelo PCdoB, é uma entidade irreversivelmente burocratizada, que defende os interesses da burguesia por estar atrelada à institucionalidade burguesa. Igualmente comprovado está que, a única coisa que fará em relação à Reforma Universitária, será usar da burocracia e da força contra um possível levante estudantil contrário à traição petista e de seus camarilhas.

Em 2004, a UNE organizou uma caravana a favor da Reforma Universitária do governo Lula/PT para cooptar os estudantes para sua defesa, apoiou todos os pontos já aprovados da mesma e aprovou uma "proposta de Reforma" que na prática era idêntica a do governo. Por isso, a luta do ME a partir de agora não pode ser simplesmente por fora da UNE, e sim **CONTRA A UNE!** Combater a UNE no ME é fundamental para combater o governo do PT.

A criação de uma nova entidade estudantil é a única saída capaz de reorganizar um movimento estudantil comprometido com a luta de classes, capaz de unir força com a luta do proletariado contra a burguesia, na luta pela revolução socialista e pela construção da sociedade comunista!!

Deliberações:

Pelo não reconhecimento da UNE como entidade representativa dos Estudantes;

Pela criação de uma coordenação provisória para a Conlute. Que nas reuniões da Conlute todas as entidades tenham direito de voto e que todos os votos tenham o mesmo peso;

Definição de um Encontro em junho, julho ou agosto com delegados eleitos na base para criação de uma nova entidade representativa dos estudantes;

Abaixo a Reforma Universitária do governo Lula/PT. Por uma campanha nacional contra todos os pontos da reforma;

Por uma Educação crítica, pública, gratuita, de qualidade e a serviço do proletariado;

Pela paridade nas instâncias de deliberação colegiadas da universidade;

Por 10% do PIB para Educação;

Tese do Comitê de Luta contra as Reformas Universitária, Sindical e Trabalhista de Maringá

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1) Partimos da premissa de que a atual fase imperialista do capitalismo se encontra em uma de suas mais importantes e irreversíveis crises;

2) Essa crise é de um signo distinto das demais que marcaram os primórdios do capitalismo, por se tratar não de uma crise cíclica que permita novas etapas de recuperações, senão de uma crise de caráter estrutural, crônico e irreversível;

3) Essa crise, por sua vez, é o produto da lei inerente ao capitalismo segundo a qual existe uma tendência declinante na taxa média do lucro das multinacionais e bancos que, do ponto de vista histórico, não pode ser revertida;

4) Entretanto, a burguesia, proprietária dos meios de produção, busca incansavelmente "recuperar" ou "impedir" esse processo de perda de seus lucros, valendo-se, para isso, dos meios mais "encarniçados" de intervenção que têm no Iraque seu ponto mais evidente e sórdido;

5) Para defender-se dessa crise, o imperialismo projetou toda uma política de re-colonização dos países chamados "sub-desenvolvidos" com o fito de saqueá-los, submetendo as massas de trabalhadores e a juventude a condições de vida cada vez mais desoladoras e precárias;

6) Portanto, a re-colonização imperialista é de caráter "defensivo", embora as formas utilizadas para garanti-la seja claramente "ofensiva": aplicando a velha fórmula segundo a qual "a melhor defesa é o ataque";

7) Como as burguesias decadentes dos países colonizados não se opõem ou fazem frente a esse projeto de re-colonização, o imperialismo atua diretamente contra as massas, únicas ainda em condições de "resistir" a esses ataques;

8) Dessa forma, trata-se de uma guerra de classe contra classe, já que, a despeito de eventuais "desentendimentos" entre as burguesias imperialistas, no momento da ação todas elas se conjuram em uma grande frente contra-revolucionária de luta contra as massas insurrecionadas;

9) A resistência do povo iraquiano é emblemática nesse sentido. Entregues à própria sorte, de forma anarquizada e sem uma direção conseqüente, o povo iraquiano luta he-

roicamente contra a intervenção do imperialismo que conta, de forma direta ou indireta, com todos os países que desejam participar do "raoteio" daquele país massacrado pelo genocídio anglo-americano e a ONU, em torno da qual gravitam todos os "aliados" imperialistas;

10) Além do Iraque, a re-colonização imperialista também afeta os países da América Latina: só que, por enquanto, sem os mísseis que dizimaram milhares de vidas no Oriente Médio;

11) O projeto de re-colonização imperialista na América Latina conta com total apoio dos governos que compõem o "eixo demagógico populista", dentre os quais encontram-se Kirchner, Hugo Chavez e o recém eleito Tabaré Vazquez, do Uruguai;

12) Um dos principais protagonistas desse "eixo demagógico", principal aliado de Bush na América Latina e peça fundamental na estratégia de re-colonização do continente é o governo Lula, do Brasil;

13) A re-colonização imperialista tem reservado às massas de trabalhadores e jovens da América Latina e do mundo condições de vida precárias e francamente desumanas;

14) As massas do mundo inteiro precisam unir-se para lutarem contra seu inimigo comum: o imperialismo e seus agentes que governam os países colonizados;

15) Toda derrota do projeto de re-colonização imperialista é uma vitória internacional das massas de trabalhadores e de jovens;

16) Por essa razão, devemos renunciar e lutar contra todas as formas de re-colonização do imperialismo contra os trabalhadores e jovens:

- Indenização para as populações afetadas pelo Tsunami a cargo das empresas e governos imperialistas;

- Nem ALCA, nem MERCOSUL: unidade dos povos contra o imperialismo;

- Por um bloco de países devedores para não pagar a dívida externa;

- Pela verdadeira independência Nacional: ruptura com o imperialismo;

- Enfrentar aos governos que aplicam os planos imperialistas;

- Fora os enclaves e as bases militares imperialistas (Guantânamo, Alcântara, Malta etc.);

- Liberdade aos prisioneiros políticos islâmicos de Guantânamo;

- Pelo triunfo do povo iraquiano sobre a ocupação imperialista: basta de genocídio;

- Fora a ocupação do Iraque e do Meio

Oriente;

- Abaixo o fascismo israelense: pela vitória do povo palestino;
- Não ao bloqueio a Cuba;
- Pelo internacionalismo operário, estudantil e socialista.

CONJUNTURA NACIONAL

17) A vitória do governo Lula nas eleições presidenciais do Brasil, significou apenas a substituição de um gerente por outro do imperialismo, ou seja, é apenas “um novo maestro para a velha banda imperialista”;

18) Eleito como o “mal menor”, o governo Lula, para garantir a estabilidade do regime “estremecido” durante os oito anos de FHC, apadrinhou um grande arco de alianças, sintetizado numa grande Frente Popular com caráter eminentemente pró-imperialista;

19) Sua tarefa consiste em terminar de aprovar todas as (Contra) Reformas estruturais necessárias para “impedir” que as multacionais e os bancos percam seus lucros;

20) Além disso, seu papel é de “barco salva-vidas” do imperialismo, garantindo todo o projeto de re-colonização que hoje ganha expressão nas Reformas da Previdência, Tributária, Universitária, Sindical e Trabalhista;

21) Além destas, Lula pretende aprovar o acordo da ALCA, projeto para o qual o governo caminha depois de se fortalecer no MERCOSUL como “sócio menor” do imperialismo na América Latina;

22) Por ser o principal aliado do imperialismo na América Latina, Lula é igualmente o principal protagonista na implementação do projeto de re-colonização do continente, seguido de Kirchner, Toledo, Mesa e Vazquez, sem contar o apoio político outorgado por Fidel e Chavez;

23) Seu desempenho satisfaz de tal maneira os interesses da burguesia imperialista, que sua tarefa hoje transcende as fronteiras do país, impelindo Lula a assumir o comando das tropas enviadas ao Haiti com a “missão de impor a Paz” por meio da força e das armas contra os povos haitianos;

24) Mais do que “liberar as tropas franco-americanas” para o Iraque, o papel da intervenção militar do governo brasileiro no Haiti é “preparar as tropas para futuros conflitos em solo brasileiro” contra as massas, e, mais importante que isso, criar uma “zona livre” por meio da qual as tropas imperialistas terão acesso imediato na América Latina: a começar por Cuba e Venezuela;

25) Portanto, o Golpe de Estado no Haiti, além de garantir a “ordem” dos bancos e multinacionais, pretende ser, do ponto de vista geopolítico, não uma porta de saída para as tropas imperialistas para o Iraque, mas a porta de entrada à América Latina;

26) Somados a isso, o governo Lula tornou-se um dos maiores “recordistas” no pa-

gamento da Dívida Externa, razão pela qual os bancos e multinacionais investiram fortemente no País, seduzidas pelas altas taxas de lucro que serão ampliadas com a aprovação das (contra) Reformas do governo, com o apoio das burocracias da UNE, CUT e outras centrais peléguas;

27) Contrariando essa política, trabalhadores e estudantes deram marcha a uma dura luta contra o governo e suas Reformas, antes mesmo do governo terminar de aprovar sua primeira Reforma, a da Previdência;

28) Depois disso, a amplitude das mobilizações cresceu em qualidade e as expectativas no governo se dissipam com a mesma intensidade em que ele aplica os planos de re-colonização no país;

29) Não somente o governo, mas também toda a burocracia sindical que lhe serve de sustento foi “desbordada” nos últimos conflitos contra as Reformas;

30) Até mesmo a direção do MST teve que ceder às pressões da base e decretar novas ocupações de terras para dar saída à insatisfação dos camponeses que morrem em quantidade recorde no governo Lula;

31) O ano de 2004 registrou um significativo número de greves por salários e outras reivindicações, que só não tiveram êxito graças à colaboração das centrais sindicais com os patrões e o governo;

32) O atual “crescimento econômico” não se reflete nas condições de vida da população, que preserva seu poder de compra enquanto as multinacionais e os bancos batem recordes de lucros;

33) As poucas conquistas salariais são de insignificante importância perto dos lucros obtidos pelos bancos, empresas e multinacionais. Mesmo assim, os trabalhadores terão pela frente uma forte ameaça que se avizinha: as Reformas Universitária, Sindical e Trabalhista;

34) portanto, desde já, devemos lutar:
- Preparando a Greve Geral desde as bases;

- Pela Reforma Agrária: Ocupações de terras permanente;

- Pela união das forças de esquerda, de trabalhadores e lutadores numa frente política e democrática de oposição ao governo Lula;

- Lutar por Terra, Trabalho, Salário, Moradia e Educação;

- Pela independência política do movimento operário e estudantil, bem como suas organizações dos partidos patronais e governistas;

- Pela derrota das burocracias nas organizações operárias, estudantis e populares: pela formação de correntes classistas, de esquerda, democráticas e socialistas para recuperar as organizações ainda não burocratizadas;

- Fora direções sindicais e estudantis dos Conselhos e Organismos governamentais

(CDES, CNT etc.);

- Contra autonomia do banco Central;
- Pelo fim do pagamento da Dívida Externa;

- Fim da Lei das Parcerias Público e Privada (PPP);

- Derrotar as Reformas (Universitária, Sindical e Trabalhista) do governo Lula;

- Pela derrota do exército pró-imperialista de Lula no Haiti: retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti;

A UNE

35) Há muito tempo a UNE vêm cumprindo um papel insignificante nas lutas pela Educação Pública e Gratuita, em geral, e do movimento estudantil em particular;

36) Seu último protagonismo se deu por conta da forte pressão dos estudantes na luta pela derrubada do governo Collor de Melo. Mesmo assim, apoiou o decadente Itamar Franco para sucessão presidencial, seguindo a linha reacionária de apoiar os representantes das “burguesias nacionais”;

37) Embora a direção majoritária já fosse burocratizada desde que assumiu o PC do B, o “salto de qualidade” da entidade se deu no último CONUNE, em cujo congresso foi aprovada a total adesão da UNE às políticas do governo Lula, em especial suas Reformas anti-estudantis e anti-operárias;

38) Por essa razão, a UNE hoje é a principal “correia de transmissão” das políticas pró-imperialistas do governo Lula no seio do movimento estudantil;

39) Suas principais atividades hoje são endereçadas à questão da cultura, como forma de “pintar” uma política que fale de tudo, menos contra o governo Lula;

40) O uso da entidade, deste modo, serve apenas com o fim de “iludir” os estudantes para que “contem sua história” e condenem seu futuro;

41) O congresso da UNE, burocratizado mais ainda com a redução da participação de delegados, não terá outra finalidade que a de fazer a manutenção do apoio da entidade aos projetos de sucateamento da educação e das políticas privatistas;

42) Além de não apoiar os professores em nenhuma das greves e mobilizações por reajuste ou contra as Reformas de Lula, a UNE ainda boicota os protestos e, em algumas cidades, parte de sua direção protestou em frente aos sindicatos de professores contra as greves (como aconteceu no Paraná, na greve das estaduais);

43) A UNE é a principal “caixa de ressonância” dos interesses do governo, não dos estudantes. Ela está ajudando a aprovar e não a derrotar a Reforma Universitária. Precisamente por isso, a luta contra a Reforma Universitária passa necessariamente pela luta contra a UNE;

- Por uma nova entidade estudantil naci-

onal democrática e independente de partidos de direita ou de governos;

- Derrubar a Reforma Universitária da UNE e do governo Lula;

- Pela ruptura com a UNE, discutindo e respeitando o ritmo de cada universidade;

O CONLUTE

44) O CONLUTE nasceu como um movimento de luta contra a Reforma Universitária do governo Lula;

45) Uma vez que a UNE apoiava abertamente a Reforma, o CONLUTE foi engendrada também como um movimento de oposição à UNE;

46) Trata-se de uma ruptura, um “desborde” do “corpo orgânico” oficial que ganhou uma expressão superestrutural por meio da organização do CONLUTE;

47) O CONLUTE esteve presente nas principais lutas contra as reformas Universitária, Sindical e Trabalhista do governo Lula, se somando ao CONLUTAS e travando uma dura luta no seio do movimento estudantil contra a burocracia governista;

48) Grande parte dos pontos da Reforma Universitária já foram aprovadas e é hora de começar a travar uma luta mais decidida e resoluta contra o restante da Reforma;

49) Neste sentido, o CONLUTE deve se preparar para organizar um grande protesto em frente ao MEC, como forma de manifestar seu desacordo com as políticas do governo Lula;

50) Para isso, deve contar também com o apoio dos estudantes secundaristas, que terão seus estudos comprometidos e condenados depois da aprovação da Reforma Universitária;

51) Outra luta que o CONLUTE deve decididamente apoiar, é o Movimento pelo Passe Livre que se desenvolve em diferentes cidades do país e significa hoje uma das principais bandeiras de luta do Movimento Secundarista.

51) Além disso, deve aderir a todas as lutas realizadas pela CONLUTAS como forma de somar forças nas lutas contra as demais Reformas do governo Lula;

52) A CONLUTE deve apoiar ainda todas as greves de professores e servidores técnicos em sua luta por reajuste salarial, assim como as lutas contra as Reformas do governo;

53) Finalmente, devemos começar a discutir a organização de uma futura entidade estudantil, que seja democrática e independente de partidos de direita ou de governos. Mas, antes disso, devemos abrir uma profunda discussão no seio do movimento estudantil sobre a ruptura com a UNE: respeitando, para isso, o ritmo dos estudantes de cada instituição de ensino.

Comitê de Luta de Maringá

15 de Janeiro de 2005.

A PLENOS PULMÕES

CONSTRUINDO A CONLUTE COMO UM PÓLO ANTIBUROCRÁTICO

“ C u s p o
sobre o bronze pesadíssimo,
cuspo
sobre o mármore viscoso.
Partilhemos a glória, –
entre nós todos, –
o comum monumento:
socialismo,
forjado
na refrega
e no fogo.”

(Maiakovski)

Esta tese é o resultado de uma aliança que foi se formando ao longo do ano de 2004 no movimento estudantil, numa luta constante para levar até as últimas conseqüências as demandas da juventude, o que implicou e implica numa luta à morte contra a influência do governo Lula e da burocracia petista no seio do movimento de massas.

Vemos na Conlute uma oportunidade de coordenar nacionalmente todos os setores, hoje de vanguarda, da juventude e do movimento estudantil, que se colocam em movimento contra os ataques do governo Lula e da burguesia. Hoje não contamos com nenhuma organização que unifique e coordene nacionalmente nossas lutas. Acreditamos que a Conlute, se enfrentando com a burocracia governista da UNE e da UBES e levantando um programa que parta da luta contra as reformas vá até o questionamento da própria ordem capitalista, pode cumprir uma tarefa histórica de buscar a aliança entre todos os setores da juventude, universitários e secundaristas, jovens trabalhadores e desempregados, e em unidade com a Conlutas conquistaram a imprescindível aliança com o conjunto da classe trabalhadora do país, na sua luta contra a burguesia e o imperialismo. Isso é o que significa construir a Conlute como um pólo nacional antiburocrático, antigovernista, em aliança com os trabalhadores, que ela não é ainda, nem praticamente, nem programaticamente. No Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a Conlute e a Conlutas devem aparecer como parte de um grande Fórum Paralelo – classista, antiimperialista e conseqüentemente anti-governista – que denuncie a política criminoso do Fórum oficial, de humanizar o capitalismo.

BALANÇO DA LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA E PELO PASSE LIVRE EM 2004

Este foi um ano em que o movimento estudantil voltou à cena política, motorizado pelas terríveis condições das universidades e escolas públicas, por um inicial descontentamento com o governo Lula em setores principalmente da classe média e pelo enorme aumento do custo de vida.

Nas universidades se desenvolveu de norte a sul do país, com mais força no nordeste, um movimento que em geral se iniciou na luta por questões locais e avançou até a luta contra o governo Lula e a reforma universitária. Assim foi com as principais greves estudantis de 2004. Ao longo do ano, com as mobilizações estudantis somadas às de professores e funcionários, podemos dizer que a maioria das universidades passou por movimentos de greve. No movimento secundarista, vivemos a partir das mobilizações de Salvador no segundo semestre de 2003, um verdadeiro ascenso, que culminou com a vitória da luta pelo passe livre em Florianópolis, e encerrou o ano com uma importante manifestação em Maceió.

O que se pode dizer, no mínimo, para iniciar um balanço sério do ano que passou, é que o movimento estudantil organizado ou esteve completamente aquém de responder ao desafio que foi colocado pela mobilização dos estudantes, ou simplesmente se alinhou ao governo como foi o caso da UNE e da UBES. Qualquer um com um mínimo de senso crítico que esteve em Brasília na “vitoriosa” marcha do dia 25 de novembro, organizada pela “vitoriosa” Plenária Nacional para Barrar esta Reforma Universitária, não pôde deixar de se sentir como numa aventura de Dom Quixote. Na verdade o calendário votado nesta plenária (paralisação no dia 11 de novembro e ato no dia 25) não fazia parte de um plano de ação para barrar as reformas, foi apenas parte da luta de aparatos do PSOL e da “Esquerda” Petista, que eles chamam pomposamente de “acumulo de forças histórico”. O que exemplifica o jogo de aparatos é o fato de que na plenária nacional nenhum estudante, nem das quatro universidades onde havia greve estudantil, pôde falar no microfone para não jogar lama no acordão montado. Se submetendo a este acordo, a política nacional do PSTU se resumiu a criticar o PSOL e a “Esquerda” Petista pois estes se recusavam a... organizar o plebiscito!

A conclusão que tiramos é de que as direções burocráticas e governistas não quiseram levar até o fim a luta e a unidade nacional do movimento estudantil que começou a se mobilizar. Infelizmente as greves universitárias e as mobilizações pelo passe livre mais uma

vez ficaram isoladas entre si. Como muitos dos que assinamos esta tese defendemos ao longo do ano, existiam as condições para que a Conlute concretizasse a unificação nacional de universitários e secundaristas na luta conjunta contra a reforma e pelo passe livre preparasse uma verdadeira greve geral universitária e da educação, que se ligando ao conjunto dos trabalhadores brasileiros, pudesse ter barrado a aplicação da reforma universitária e os ataques do governo de Lula e do PT.

BALANÇO DA CONLUTE

O encontro nacional no Rio de Janeiro que fundou a Conlute, foi um passo importante na reorganização do movimento estudantil e que poderia de fato ter feito a diferença. A principal debilidade da coordenação foi que o PSTU, que dirige a Conlute nacionalmente, não foi capaz de superar seus vícios burocráticos, colocando-se à altura das tarefas do momento.

Assim, este partido apresenta como a grande conquista da coordenação a organização do plebiscito, que contou com pouco mais de 50 mil votantes em todo o país, entre estudantes universitários e secundaristas. Uma suposta “grande vitória” da Conlute, que teria levado “a discussão sobre a reforma para a base” e teria sido um “impulso” para a luta contra a reforma e para a construção da coordenação. Nada mais falso. Se pode falar em discussão “na base”, quando em São Paulo tivemos apenas 4 mil votantes e uma organização apressada quase sem discussão política na maioria dos lugares? Apresentar este plebiscito como uma grande vitória, e para isso compará-lo a plebiscitos anteriores que tiveram menos de 30 mil votos, tendo sido organizados por toda a esquerda, serve bastante para a disputa de aparatos e para demonstrar a falência do movimento estudantil e muito pouco para uma luta efetiva. Só em Salvador, na mobilização pelo passe livre, mais de 20 mil estudantes foram às ruas. Essa política não foi suficiente para organizar e coordenar a luta contra a reforma universitária e combater o oportunismo da “Esquerda” Petista e do PSOL, que se colocam contra “esta” reforma universitária, mas não lutam conseqüentemente contra o governo Lula e o PT. Exemplo disto foi o manifesto aprovado na plenária de Brasília, assinado inclusive pelo PSTU (em nome da Conlute!), que sequer cita o governo, o PT e a UNE.

Pela importância que tem uma coordenação nacional para o movimento estudantil, a Conlute tem conseguido atrair a simpatia dos

setores mais sinceros e combativos em várias regiões do país. Porém, na prática, o principal diferencial da Conlute ao longo do ano foi ter organizado o plebiscito. Muito pouco se queremos que a Conlute seja uma alternativa frente às governistas UNE e UBES e o movimento estudantil petista, com seus congressos burocráticos que de nada valem e sua política de conciliação e negociação no parlamento. E faltou, acima de tudo, uma prática conseqüentemente antiburocrática no movimento, que superasse a lógica petista onde as entidades são tudo e os estudantes nada. O que necessita a Conlute para se afirmar é, em ruptura com esta tradição petista, sindicalista e eleitoreira, da qual o PSTU não se desvencilhou e nem sabemos se o fará, fundar uma nova tradição no movimento estudantil brasileiro, baseada na democracia direta dos estudantes.

RUPTURA COM A UNE E A UBES

Que é necessário romper com a UNE e a UBES, parece que todos ou a maioria tem acordo. Porém precisamos também ter bastante claro por que fazemos este chamado. Que a UNE e a UBES são entidades burocratizadas não é de hoje. Que ela são governistas, apóiam a reforma universitária e jogam contra o movimento fica mais claro a cada passo destas entidades. Estas duas condições são a base da ruptura, porém não são elas que determinam *em si* a possibilidade e a necessidade de rompermos.

Com o melhor da tradição do movimento revolucionário do século XX, aprendemos que é uma obrigação a luta política em todas as entidades de massas, independentemente da linha de sua direção ou do seu burocratismo. Isso por que não se trata simplesmente de romper organizativamente com a burocracia, mas de acabar com sua influência dentro do movimento de massas. É por isso que há tempos já defendíamos a ruptura com a UNE e a UBES. Por que essas entidades, que seguem negociando “em nosso nome” com os diversos governos, são rechaçadas pelo movimento estudantil onde quer que haja mobilizações. Se não fosse assim, seria *obrigatório* para nós, apesar do burocratismo e do governo Lula, travar a luta política dentro delas. Nessa situação, ainda manter seus cargos na UNE e na UBES além de acordos eleitorais com correntes governistas (Articulação de Esquerda, APS (ex-Força Socialista), Consulta Popular...), como faz o PSTU, é uma política oportunista que trava a coordenação

das lutas e o fortalecimento da Conlute.

O chamado à ruptura imediata com a UNE e a UBES, que na nossa opinião deveria estar sendo feito já há algum tempo, não é um fim em si mesmo. Trata-se de dar um novo impulso à organização dos estudantes. Nada mais próximo de uma ruptura apenas organizativa e não política com a prática da UNE e do petismo no movimento estudantil foi a linha do PSTU nas eleições estudantis em todo o país, que rompeu em muitos lugares a unidade dos que estão construindo a Conlute e fazer alianças com setores petistas e governistas.

CONSTRUIR A CONLUTE COMO UM PÓLO NACIONAL ANTIBUROCRÁTICO, ANTIGOVERNISTA, EM ALIANÇA COM OS TRABALHADORES

Frente ao processo que se iniciou em 2004 e continuará se desenvolvendo neste ano, de recuperação da combatividade do movimento estudantil e da juventude, a Conlute tem todas as possibilidades de se tornar uma referência fundamental e uma aglutinadora e coordenadora real das lutas da juventude. Condição para isso é que a Conlute não se limite à organização de plebiscitos e que não repita a prática burocrática que é aplicada pelo PT e PCdoB. É necessário partir da luta contra a reforma universitária para levantar um programa que ligue a luta dos estudantes universitários com a daqueles que estão fora da universidade. É necessário partir das reivindicações mais sentidas pelos estudantes, como a redução das mensalidades e contratação de professores, para levantar reivindicações que questionem o caráter elitista da universidade e apontem para sua total transformação, incorporando dentro da universidade os jovens trabalhadores que hoje estão excluídos dela, e possibilitando a unidade entre os estudantes trabalhadores e os filhos da classe média. Essa é a única maneira de conquistar a unidade e o apoio dos que estão fora da universidade para derrotar a reforma universitária do governo Lula e do PT, e de transformar de fato a Conlute num grande pólo antiburocrático nacional.

ORGANIZAR A CONLUTE DE BAIXO PARA CIMA, A PARTIR DAS UNIVERSIDADES E ESCOLAS

Para lutar conseqüentemente contra a reforma universitária e pelo passe livre, o movimento estudantil necessita de uma coordenação nacional baseada na democracia direta dos estudantes e na auto-organização dos que lutam. Ao longo do ano estivemos longe disto na Conlute. As decisões foram tomadas nas poucas e ultra-reduzidas reuni-

ões nacionais, sem que os estudantes nos locais de estudo pudessem discutir, e apenas repassadas para os estados e locais de estudo. Assim, os jornais foram escritos sem uma consulta democrática sequer aos estudantes que compõem as coordenações de cada estado e simplesmente “apareceram” nas atividades. A Conlute não pode continuar funcionando com reuniões nacionais de cúpula que decidem tudo, enquanto nos encontros ou plenárias onde participam vários estudantes, estes não tem espaços realmente democráticos de discussão e poder de decisão. Essa prática política poderia funcionar numa coordenação que fosse composta pelo PSTU e simpatizantes, mas necessitamos que a Conlute seja muito mais do que isso.

A Conlute pode e deve ser organizada de baixo para cima. As coordenações estaduais e a nacional tem que ser eleitas pelos próprios estudantes *em seus cursos e locais de estudo*, através de delegados mandatados e revogáveis representando as posições majoritárias e minoritárias de todos os estudantes *nos locais de estudo*. As entidades estudantis, numa coordenação de fato baseada na democracia direta, não podem ter qualquer poder especial de decisão superior às reuniões e assembléias locais. Essa é a forma organizativa democrática que permitirá que a Conlute de fato se estruture no movimento estudantil em oposição aos métodos burocráticos da UNE e da UBES.

MATERIAIS DA CONLUTE

A nossa proposta é que a Conlute tenha três tipos de materiais: boletins locais, jornais estaduais e jornais nacionais. Em todos estes devem estar expressas não só as posições majoritárias, mas também as minoritárias, assegurando um real debate de posições.

Esses três tipos de materiais são necessários para que a coordenação esteja de fato próxima à realidade do estudante e não apareça como uma coisa abstrata, como acontece hoje. Os boletins locais seriam ágeis e dinâmicos, possibilitando uma resposta cotidiana aos problemas de cada faculdade e escola. Os jornais nacionais e estaduais seriam dedicados às discussões e ações mais gerais do movimento e à divulgação nacional das ações locais que consideremos mais importantes e exemplares. Estes materiais também seriam fundamentais para aglutinar e organizar os estudantes em torno da Conlute.

Financiamento

Um dos problemas enfrentados pela Conlute este ano, que dificultou a organização nacional e estadual da coordenação, assim como a publicação constante de materiais, foi a falta de uma organização sistemática de finanças para

a Conlute. Na última reunião nacional já iniciamos uma discussão sobre esta questão, mas que deve ser aprofundada. Lá foram levantadas duas formas básicas de arrecadação de verbas. As campanhas financeiras, desde pedágios até coleta entre os estudantes, e a contribuição mensal das entidades filiadas, que poderíamos indicar em 10% de sua renda. Propomos também que os estudantes organizem atividades em fábricas e locais de trabalho esclarecendo sobre a reforma universitária e a luta pelo passe livre e pedindo colaboração solidária aos trabalhadores. Isto poderia ser feito, por exemplo, em conjunto com os sindicatos que compõem a Conlutas.

Aprofundando a discussão, consideramos por motivos práticos e políticos, que o núcleo básico da coordenação financeira devem ser as coordenações estaduais. Isso garante um maior controle da base sobre as finanças e uma relação mais orgânica da coordenação com a publicação dos jornais e materiais locais e estaduais. Na nossa opinião, a despesa básica da coordenação nacional deve ser um bom e grande jornal. Todo o resto deve estar a cargo dos estados, como o transporte para as reuniões nacionais ou materiais para os atos e manifestações nacionais (falamos aqui de faixas e cartazes, já que convém que num ato nacional tenhamos também um boletim nacional). Por isso propomos que as finanças sejam concentradas nos estados e repassadas para a coordenação nacional, sempre que necessário, para cobrir as despesas correntes.

O programa de ação que defendemos para a Conlute

Defesa intransigente das demandas imediatas dos estudantes e a luta contra a reforma

É necessário organizar em cada local de estudo, universidade ou escola, uma denúncia sistemática das péssimas condições de ensino: a falta de professores, o alto custo das mensalidades, a precariedade das bolsas, a falta de assistência estudantil, a falta de interdisciplinaridade dos cursos etc. Essa agitação deve ser voltada para a denúncia do projeto de reforma que o governo Lula e o PT estão aplicando e certamente aproximará a massa estudantil da Conlute e preparará a entrada de novos setores nas mobilizações.

Das demandas imediatas à luta para transformar as universidades e escolas

A luta pelas demandas imediatas e contra a reforma são um ponto de partida da organização e mobilização dos estudantes. Demonstrando que nem o governo nem os empresários têm o interesse de promover melhorias nas condições de estudo; demonstrando que também a burocracia acadêmica e as diretorias estão na maioria das vezes atreladas aos planos do governo, devemos

levantar a questão da estrutura de poder nas universidades e escolas e demonstrar como os estudantes, aliados com os professores e funcionários, são os únicos interessados em manter a universidade e, por isso, são eles que devem administrá-la, de forma direta e proporcional, isto é, com maioria estudantil. Nesse caminho, a reivindicação de eleições diretas para reitor e para todos os órgãos da universidade e de a eleição direta dos diretores e coordenadores das escolas é fundamental.

Ligado a isto, é preciso colocar no alto das bandeiras de luta da Conlute, a luta pelo fim do vestibular, este odioso filtro social que exclui os jovens trabalhadores das universidades e, em conjunto com o movimento secundarista, lutar conseqüentemente por vagas para todos nas universidades e também nas escolas. A luta pelo fim do vestibular e pelo ingresso direto está ligada diretamente à estatização das universidades e escolas particulares e à luta pelo não pagamento das dívidas interna e externa, única forma de financiar uma educação com acesso universal.

Por uma universidade à serviço dos trabalhadores e do povo

Todo o exposto acima ultrapassa e muito as forças do movimento estudantil e dos trabalhadores da educação. O projeto aplicado pelo governo Lula, como parte da agenda de reformas neoliberais, é uma necessidade da burguesia imperialista e brasileira na sua atual fase de decadência. É por isso que qualquer tentativa de levar à frente as reivindicações colocadas nos tópicos anteriores, em aliança com setores burgueses “progressistas” ou através de negociações no parlamento, defendendo os pontos “positivos” da reforma e rechaçando os “negativos”, só pode conduzir o movimento estudantil a uma fragorosa derrota. É por isso também que defendemos que a Conlute deve rechaçar a consigna de “Por outra reforma universitária” que tem seu complemento na frase “Contra esta reforma universitária”. Porque no Brasil, ao contrario da Bolívia ou da Argentina, a luta pela “reforma universitária” não remete às enormes manifestações estudantis da primeira metade do século que varreram a América Latina e das quais o nosso país ficou alheio, e sim às costumeiras reformas pelo alto que vemos historicamente no Brasil, desde a independência até a “volta à democracia”, passando pela reforma da universidade da ditadura militar.

A nossa luta para transformar a universidade não pode ser travada sob as bandeiras de “Por outra reforma universitária”, e guiadas pela concepção de uma universidade crítica, de um conhecimento supostamente autônomo, que nada mais é do que uma fantasia onde se esconde todo o tipo de ideologia burguesa. Nas atuais condições do capitalismo brasileiro e mundial, a única estratégia realista para a crise da universidade, que se

oponha aos planos do imperialismo e do governo Lula, é a que liga a luta na universidade com a luta de todos os explorados, que liga os interesses dos estudantes com o das mais amplas massas. Por isso a principal palavra de ordem da Conlute deve ser a de colocar a universidade e todo o conhecimento nela produzido à serviço dos trabalhadores e do povo, o que significa que os currículos e planos de pesquisa da universidade devem ser discutidos e aprovados numa gestão democrática, com maioria estudantil, como a que defendemos acima. Todas as demandas anteriores devem estar organicamente ligadas a este objetivo estratégico.

Por uma educação a serviço dos trabalhadores e do povo

Nas escolas, as demandas que ligam a luta imediata dos estudantes com a luta dos trabalhadores não podem ser indéticas às das universidades. Sendo as escolas sobretudo reprodutoras de conhecimento, ligar o ensino à luta dos trabalhadores significa revolucionar o programa dos cursos escolares e os métodos de ensino. Partimos de questões pontuais, mas importantes, como a defesa da Filosofia e das Ciências Sociais na grade de estudo, para questionar o conjunto do ensino de hoje, no qual tudo é voltado para o vestibular e não para uma verdadeira formação do estudante.

A LUTA PELO PASSE LIVRE

Setores do movimento pelo passe livre defendem a reivindicação do passe livre para os estudantes. A Conlute deve se destacar por colocar a questão do passe livre também para todos jovens menores de 21 anos e para os desempregados, no sentido de ir forjando a aliança dos estudantes com os trabalhadores. Também devemos colocar a necessidade da estatização completa dos transportes públicos para acabar com a especulação das grandes empresas que sugam dia a dia o nosso dinheiro. Hoje, as grandes empresas do transporte, além de nos explorar, recebem subsídios do governo. Nada mais justo do que exigir o completo financiamento do governo e que o transporte seja organizado pelo próprios trabalhadores e usuários.

Aliança entre estudantes e trabalhadores

Como dissemos, a luta dos estudantes deve estar organicamente ligada à luta dos trabalhadores. Pelo papel que cumprem na produção, estes são os únicos na sociedade contemporânea cujos interesses são completamente antagônicos aos do capital, pois este retira o seu lucro justamente do suor daqueles. Por isso levantamos como prioridade para

a Conlute uma real aliança com os trabalhadores, que pode e deve se materializar na unidade com a Conlutas. Para que isso se torne possível não podemos na Conlute levantar somente um programa para a universidade mesmo que este seja o mais pró-trabalhadores possível. Como parte destas demandas está a de cada jovem trabalhador não tenha mais de 4 h de jornada de trabalho por dia para poder se dedicar aos estudos.

Necessitamos além disso da unidade com a Conlutas para organizar a luta contra a reforma universitária em conjunto com a luta contra as outras reformas. O primeiro passo para isso é o mais completo apoio ativo do movimento estudantil às lutas dos trabalhadores. E também podemos e devemos levantar demandas dos trabalhadores que apontem para a luta contra toda a ordem capitalista, como é a luta por emprego para todos. Esta luta deve estar cravada na bandeira da Conlute: divisão das horas de trabalho sem redução do salário.

GÊNERO E RAÇA

Parte desta luta para unificar o movimento estudantil com os trabalhadores é a defesa das mulheres e dos negros. As mulheres trabalhadoras são oprimidas com uma dupla jornada, no trabalho e em casa. Além do que sofrem com todos os preconceitos de uma sociedade patriarcal e machista. Por isso os estudantes devem defender as demandas das mulheres, como creches e lavanderias públicas e a legalização do aborto. Os negros foram trazidos para o Brasil da África acorrentados em navios negreiros e hoje constituem a maioria da classe trabalhadora no país. Por isso, se queremos nos unificar de fato com esta classe devemos apoiar as demandas deste povo oprimido por uma burguesia branca, partindo da luta cotidiana contra o racismo com o objetivo de acabar com toda a opressão ao povo negro, o que passa obrigatoriamente pela destruição do capitalismo que é necessariamente racista.

PLANO DE AÇÃO PARA 2005

Toda a ação da Conlute a partir de agora deve estar voltada na nossa opinião a preparar uma greve geral da universidade e da educação que, como dissemos antes, poderia ter sido concretizada a partir da greve das universidades ao longo de 2004 e das manifestações dos estudantes secundaristas. A partir da mobilização em cada local de estudo, unificando a luta contra a reforma universitária com a luta pelo passe livre em todo o território nacional, podemos conquistar a unidade entre os estudantes universitários e secundaristas e avançar para uma necessária greve geral da educação, que lute para se

ligar ao conjunto dos trabalhadores, barrar a reforma universitária e preparar a luta contra as reformas sindical e trabalhista.

Para nós este plano de ação para 2005 já se iniciou, a partir da luta para constituir um Fórum Paralelo em Porto Alegre e a partir das reuniões estaduais da Conlute, preparatórias para o encontro nacional. O plano de ação que desenvolveremos adiante culmina num I Congresso de delegados de base da Conlute e, criando as condições para tal, num chamado à greve direcionado a todos os setores das escolas e universidades.

Organizar um Fórum Paralelo em Porto Alegre

A luta em 2005 começa com o combate à política oficialista do Fórum Social Mundial. Este Fórum, desde a sua fundação, conta com a presença de setores do imperialismo francês e o apoio de diversas grandes empresas capitalistas e é uma tentativa de cooptação, por parte do petismo e agora do próprio governo Lula, de importantes setores do movimento estudantil, operário e popular. Não podemos nos esquivar de apresentar às dezenas de milhares de pessoas que estarão em Porto Alegre, uma alternativa classista e verdadeiramente antiimperialista, que se opõe à estratégia do FSM de “humanizar o capitalismo”, com suas reformas e ataques.

Para isso propomos que as atividades da Conlute e da Conlutas não sejam atividades soltas e isoladas num mar de “oficinas” do FSM. Propomos que estas sejam articuladas com uma série de atividades, atos e debates num Fórum paralelo ao próprio FSM, que apontem um caminho para a juventude e os trabalhadores que estarão presentes.

Um Fórum paralelo deve ter um material de divulgação próprio, que contenha, além da programação paralela, uma crítica contundente ao FSM. Que este Fórum Paralelo tenha um tenda própria no acampamento da juventude. Que façamos camisetas e adesivos de divulgação do Fórum Paralelo.

Jornada de mobilizações em março e abril

Para preparar de fato uma luta seria contra a reforma universitária, não podemos nos contentar, como no ano passado, com encontros e marchas à Brasília. Somente um plano de ação que seja aplicado em cada local de ensino pode preparar verdadeiras mobilizações. Por isso, para preparar uma greve geral das universidades, propomos que a Conlute organize durante os meses de março e abril uma verdadeira jornada nacional de lutas, com atos, manifestações, ocupações de reitorias, de fundações, de faculdades, além de reuniões e debates da coordenação em

cada local de estudo. Todos esses protestos devem estar ligados aos problemas locais e colocar a necessidade de uma greve geral da educação para lutar por nossas demandas e derrotar a reforma.

Primeiro Congresso da Conlute

As mobilizações do mês de março e abril deverão culminar com o primeiro congresso de delegados de base da Conlute. Este congresso, depois de a Conlute ter promovido uma verdadeira onda de protesto nos primeiros meses de aula, e se for preparado por reuniões amplas nos locais de estudo, terá toda autoridade necessária para convocar a greve que devemos preparar. A partir dele a Conlute poderá se constituir de fato como uma alternativa real para o movimento estudantil e demonstrar que é possível superar as burocráticas UNE e UBES e criar uma nova tradição no movimento estudantil brasileiro.

Assinam essa tese:

Gestão Catarse (CAPSICO – PUC-SP) - Adélia, Bia, Bruno, Gabriela e Marília

Gestão Alternativa (GRÊMIO ETE ALBERT EINSTEIN) - Bruna, Caio, Carla, Guilherme, Karolina, Ricardo, Talita, Willian

Joyce – diretora do DCE da UNESP, eleita pela Chapa “Que se Vayan Todos”

Fernando – integrante CA XI de Agosto (Direito – USP)

Débora, Evandro – integrantes CA História Gabriel Roy (UNESP-Franca)

Adriana, Agatha, Felipe, Natália, Nayara, Paulo – integrantes Chapa Levante (GRÊMIO GIORDANO BRUNO)

PUC-SP: Auana, Félix, Gabriela, Giuliano, Luis, Nico, Ronaldo, Rui, Simone, Tabita, Yvan (C. Sociais) Eduardo, Maira, Priscila, Wagner, Raphael, Tufão, Vinicius (História) Giuliano (Turismo) – Não Passarão

Eugênia, Márcia (Serviço Social) Mirian (Pedagogia)

USP: Bruno, Chico França, Danilo, Diego Salsa, Domenico, Flávia, Leandro e Marcelo - Viva Vaia (C.Sociais) Mara, Pablo, Pablito, Thiago (História) Celeste (E.F.)

Daniele (Artes Cênicas – ECA) Edison (Mecatrônica - Poli) Marília, Patrícia (Geografia) Roberto (pós-farmácia) Daniela e Suzana (Letras)

UNESP: Audrey, Isaías (História), Natacha (Serviço Social) (Franca)

UNICAMP: Daniel, Fabi, Ricardo (C. Sociais) Fundação Santo André – Aline (C. Sociais) Filipe (Matemática)

ESP: Rafael (C. Sociais) UNISA: Camila (Jornalismo) FASP: Rodolfo (Ciências da Computação) FIEO (Osasco): Rafael (Informática)

Colégio Benjamin Constant- Felipe Colégio Elias Zarzur - Tiago EE Eliane Aparecida Dantas (Ferraz de Vasconcelos) - Jeniffer

Escola Integral (Vinhedo) – Marcelo Cursinho da Poli: João, Rafael Cursinho Objetivo: Tiago

VEM AÍ:
WWW.CONLUTE.ORG.BR



Encontro
Reforma Universitária
e os Rumos do Movimento Estudantil

Data: 28/jan

Local: Camisa 10

Hora: 09:00

Derrotar a Reforma
Fortalecer a CONLUTE



CONLUTE

conlute@yahoogrupos.com.br

www.conlute.org.br